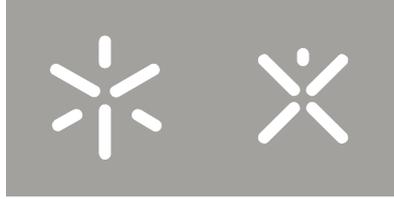




Tânia Pires Ferreira

Crianças e Jovens Institucionalizados:
Representações e Expectativas em
relação à Família Biológica





Universidade do Minho
Instituto de Educação

Tânia Pires Ferreira

**Crianças e Jovens Institucionalizados:
Representações e Expetativas em
relação à Família Biológica**

Tese de Mestrado em Estudos da Criança
Área de Especialização em Intervenção Psicossocial
em Crianças, Jovens e Família

Trabalho efectuado sob a orientação da
Professora Doutora Natália Fernandes

DECLARAÇÃO

Nome: Tânia Pires Ferreira

Endereço eletrónico: pg18667@alunos.uminho.pt

Título da Dissertação de Mestrado: Crianças e Jovens Institucionalizados:
Representações e Expetativas em relação à Família Biológica

Orientadora: Professora Doutora Natália Fernandes

Ano de conclusão: 2013

Designação do Mestrado: Estudos da Criança – Intervenção Psicossocial com Crianças,
Jovens e Famílias

É autorizada a reprodução parcial desta tese, exceto os desenhos das crianças, apenas para efeitos de investigação, mediante declaração escrita do interessado, a que tal se compromete.

Universidade do Minho, 18 de outubro 2013.

Assinatura: _____

Agradecimentos

As primeiras palavras de agradecimento dirigem-se à Professora Doutora Natália Fernandes, que através de uma postura de permanente disponibilidade, empenho, dedicação e incentivo me ajudou sempre que a ela recorri.

À Diretora Técnica da Instituição por me ter recebido e facultado a realização da investigação.

Aos funcionários da Instituição, especialmente à Técnica de Serviço Social, pelo acompanhamento e disponibilidade incansáveis.

Aos meus amigos pelo apoio e incentivo, em particular à Carla e ao Néilson.

À Mónica Rocha, pessoa pelo qual nutro uma grande amizade, admiração e respeito: obrigado pelas alegrias que me proporcionou; pela sua presença em momentos tão difíceis e pela amizade genuína e generosa. Foi sem dúvida uma fonte de conhecimento e de aprendizagem.

À Cátia, Raquel e Susana, colegas e amigas ao longo deste percurso de dois anos: obrigado pela partilha de momentos divertidos mas também pela solidariedade em situações de maior ansia e receio.

Aos meus pais, irmã e cunhado.

Muito especialmente, às crianças e jovens que colaboraram e tornaram possível a concretização desta investigação. A todos, o meu sincero e profundo agradecimento pela cooperação, compreensão e disponibilidade que sempre tiveram para comigo.

Finalmente a todas as *Meninas* e respetivas famílias que nestes últimos anos se cruzaram comigo e me fizeram parar para pensar nas suas tristezas e revoltas... obrigado por me deixarem fazer parte da vossa vida... pela partilha, cumplicidade, respeito e carinho: é a vocês que dedico este trabalho!

Resumo

A institucionalização de crianças e jovens apresenta-se como uma das respostas sociais para as proteger de situações que comprometam o exercício pleno dos seus direitos.

A necessidade de encarar as crianças e jovens que vivem em situação de acolhimento institucional como sujeitos de direitos, competentes e capazes de se fazerem ouvir e de participarem em tomadas de decisão conduz-nos para um campo de reflexão acerca das suas vivências, experiências, idealizações, representações e expetativas não só no tempo presente mas a longo prazo. Decorrente deste enfoque, mobilizar a participação das crianças em pesquisas acerca de assuntos que lhe dizem respeito, nomeadamente para compreender até que ponto a família biológica se enquadra ou poderá ser parte integrante na vida destas crianças e jovens, foi o nosso ponto de partida para o desenvolvimento desta pesquisa.

O presente estudo apresenta-se como uma proposta de reflexão sobre os contextos de vida das crianças e jovens em situação de acolhimento, sustentando-se num enfoque a partir dos direitos da criança, no sentido de caracterizar e compreender as representações e expetativas que estes têm em relação à família biológica, em particular em relação aos seus progenitores.

A investigação realizou-se num Lar de Infância e Juventude no distrito de Bragança que acolhe crianças e jovens do sexo masculino com idades compreendidas entre os 7 e os 21 anos. Por outro lado, também é apresentada a visão de alguns membros da Equipa Técnica da Instituição e de algumas famílias no que respeita à institucionalização das crianças e jovens.

A investigação é de carácter qualitativo, tendo a informação sido recolhida através de entrevistas.

Pela interpretação e análise dos discursos das crianças e jovens pode compreender-se com mais minuciosidade a problemática da institucionalização no que respeita, mais concretamente, às dificuldades que eles sentem no exercício de determinados direitos, nomeadamente, o direito à família e o direito à participação, sendo-lhes, portanto, colocados alguns entraves no exercício de funções enquanto sujeitos ativos de direitos.

Palavras-chave: Criança; Representações; Expetativas; Direitos; Família; Acolhimento Institucional.

Abstract

The institutionalization of children and young people as a social measure to protect them from situations that compromise the full exercise of their rights.

The need to address children and young people living in a situation of institutional care as subjects of rights, competent and able to be heard and to participate in decision making leads us to reflect on their experiences, experiments, idealizations, representations and expectations not only in the present but in the long term, such as in situations of defining their life projects, and therefore understand the extent to which biological family fits or can be an integral part in the lives of these children and young people.

This study presents a proposal for a reflection on the life contexts of children and youths in the host, holding up a focus from the rights of the child, in order to characterize and understand the representations and expectations they have in relation to the biological family, in particular in relation to their parents.

This research was carried out in a residential home for Children and Youth in the district of Bragança which welcomes children and young males aged between 7 and 21 years old.

On the other hand, it also presents the view of some members of the technical team of the institution and some families regarding the institutionalization of their children.

This is qualitative research, and the data was collected through interviews.

Through the interpretation and analysis of those children and young people discourses we can understand with more thoroughness the problem of institutionalization as regards, more specifically, the difficulties they experience in the exercise of certain rights, including the right to a family and the right to participation, which, therefore, placed some obstacles in their plain exercise as active subjects of rights.

Keywords: Children; Representations; Expectations, Rights, Family, Institutional Home.

Índice

	Pág.
Agradecimentos.....	ii
Resumo.....	iii
Abstract.....	iv
Lista de Abreviaturas e Siglas.....	viii
Índice de Quadros.....	ix
Índice de Desenhos.....	x
Introdução.....	1
PARTE I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO.....	5
Capítulo 1 – Infância, Direitos e Proteção.....	6
1.1. A Construção Social do Conceito de Infância.....	6
1.2. A Convenção dos Direitos da Criança e os Direitos da Criança a Viver Protegida numa Família.....	10
1.3. A Proteção Jurídica das Crianças em Situações de Perigo.....	11
Capítulo 2 – A Família: Mudanças e Práticas.....	14
2.1. Novas Formas de Família.....	15
2.2. Famílias Multiproblemáticas.....	16
2.3. As Crianças nas Famílias Multiproblemáticas.....	20
Capítulo 3 – A Institucionalização de Crianças e Jovens.....	22
3.1. Relações de Vinculação em Crianças e Jovens Institucionalizados.....	25
PARTE II – ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO.....	30
Capítulo 1 – Princípios Teórico-Metodológicos.....	31
1.1. Definição e Delimitação do Tema.....	31
1.2. Tipo de Estudo: Investigação Qualitativa.....	31
1.2.1. Design da investigação: Estudo de Caso.....	31
1.3. Objetivos da Investigação.....	32
Capítulo 2 – Procedimentos Metodológicos.....	33
2.1. A Entrada no Terreno.....	33
2.2. Caracterização do Contexto.....	33
2.3. Amostra: Caracterização dos Participantes.....	34

2.3.1. Motivo / causa da institucionalização	35
2.3.2. Relação com a família	35
2.4. Princípios Éticos na Investigação	37
2.4.1. Consentimento informado	39
2.5. As Técnicas utilizadas na Recolha de Dados.....	39
2.5.1. As entrevistas	40

PARTE III – ESTUDO EMPÍRICO: APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....42

Capítulo 1 – Análise de Conteúdo.....43

1.1. Representações das Crianças e Jovens.....	43
1.1.1. Representação da família (relações e expetativas).....	43
1.1.2. Representação da Instituição (articulação com técnicos e colegas institucionalizados).....	44
1.1.3. Motivos que conduziram ao acolhimento institucional.....	46
1.1.4. Expetativas em relação ao futuro	47
1.1.5. Participação da criança / jovem nas tomadas de decisão	49
1.1.6. Representação da criança / jovem face ao acolhimento institucional	51
1.2. Representações da Equipa Técnica.....	53
1.2.1. Representação (por parte da criança / jovem) da família	54
1.2.2. Representação do acolhimento institucional	55
1.2.3. Relação da criança / jovem com os técnicos	55
1.2.4. Análise dos contactos estabelecidos entre a criança / jovem e a família	56
1.2.5. Análise dos contactos estabelecidos entre a instituição e a família	57
1.2.6. Participação das crianças e jovens nas tomadas de decisão e na definição dos seus projetos de vida	59
1.2.7. Participação / envolvimento das famílias na vida das crianças e jovens acolhidos	60
1.2.8. Expetativas da criança / jovem face ao futuro.....	61
1.2.9. Projetos de vida predominantes.....	62
1.3. Representações da Família.....	64
1.3.1. Representação da Instituição	64
1.3.2. Representações do filho acerca da Instituição.....	65
1.3.3. Representação dos filhos acerca da família.....	66

1.3.4. As relações com os filhos.....	66
1.3.5. As relações com a Instituição nas tomadas de decisão	67
1.3.6. Expetativas em relação ao futuro do filho.....	68
Considerações Finais	70
Referências Bibliográficas	74
ANEXOS	84
Anexo I - Protocolo de Colaboração	85
Anexo II - Guião de Entrevista: Crianças e Jovens	88
Anexo III - Guião de Entrevista: Equipa Técnica	89
Anexo IV - Guião de Entrevista: Famílias das Crianças e Jovens Institucionalizados	90

Lista de Abreviaturas e Siglas

CDC – Convenção dos Direitos da Criança

CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens

IPSS – Instituição Particular de Solidariedade Social

LIJ – Lar de Infância e Juventude

ONU – Organização das Nações Unidas

PII – Plano de Intervenção Individualizado

UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância

Índice de Quadros

	Pág.
Quadro 1: Idade dos Participantes	34
Quadro 2: Contactos Presencias das Crianças e Jovens com as suas Famílias	36

Índice de Desenhos

	Pág.
Desenho 1 – Representação da Família Biológica	42

Introdução

A origem do conceito de criança em risco está intimamente relacionada com a progressiva consciencialização da sociedade em geral sobre os comportamentos mais adequados dos adultos em relação às crianças, e tal tem vindo a ser objeto de profundas modificações ao longo dos tempos.

O debate acerca da situação social das crianças tem vindo a ganhar espaço no campo social a diferentes níveis, não só a nível nacional como internacional, através de várias medidas legislativas, ou mesmo projetos, seminários e debates.

É tempo de refletirmos se em pleno século XXI estão as nossas crianças e jovens a serem protegidas e a verem salvaguardados os seus direitos. Qual o papel que o Estado e que cada família em particular assume nestes casos? Como lidam os profissionais com questões por si só tão sensíveis e complexas? Ora, é, a partir destas interrogações, que neste estudo nos propomos refletir sobre a condição social da criança (em particular da institucionalizada), de que modo vê os seus direitos manifestos, como é considerado o direito à família e que voz tem ela perante a definição do seu projeto de vida e na tomada de decisões que com ela têm que ver.

Muitos são os profissionais que, direta ou indiretamente, lidam com a realidade da retirada da criança do seu núcleo familiar para ser acolhida numa Instituição. Neste sentido, procura-se aqui contribuir para a reflexão de algumas práticas e também para um olhar atento dos relatos das crianças e jovens que tantas vezes parecem ser ignorados.

O objetivo deste trabalho é tentar compreender que representações e expectativas têm as crianças e jovens institucionalizados em relação à sua família biológica. Por acréscimo, tenta-se, também, compreender, as expectativas em relação ao futuro e as representações face ao contexto institucional.

Num primeiro momento recorre-se às entrevistas com as crianças e jovens e, posteriormente, realizam-se entrevistas com algumas famílias e elementos da Equipa Técnica da Instituição.

O interesse nesta temática não se circunscreve apenas a um desiderato abstrato, mas surge no âmbito de algumas angústias e tentativas de melhor compreensão desta realidade, da investigadora, enquanto Técnica de intervenção num Lar de Infância e Juventude.

O contacto e a relação estabelecidos com estas crianças e jovens leva-nos muitas vezes a questionar o porquê de, apesar de grande parte deles assumirem que a causa da sua institucionalização se deve aos progenitores, seja por questões económico-financeiras ou

outras como a negligência, quererem continuar a manter o contacto com a família, sendo o seu maior desejo o regresso a casa. Situação que *a priori* nos parece contraditória mas que para estas crianças e jovens se assume como o único desfecho: o regressar a casa e estar com a família, com a sua família. Neste sentido, tenta-se através da presente investigação compreender que imagem possuem estas crianças e jovens da sua família; que idealizações estão presentes; quais os sentimentos vividos na Instituição e de que modo encaram eles a sua vida, presente e futura.

Através do quotidiano das crianças e jovens, mobilizando, para tal, o estudo de caso, revelador das suas trajetórias de vida, procuram-se, por um lado, compreender as representações acerca do conceito de família, das próprias relações e vínculos existentes entre as partes, e, por outro lado, procura-se ampliar o conhecimento existente acerca das crianças e jovens em risco psicossocial, promovendo e potenciando formas de intervenção social pautadas por princípios éticos e deontológicos, salvaguardando o princípio do respeito pela identidade e promovendo o princípio da participação ativa destes sujeitos.

A revisão da literatura servirá como sustento teórico à investigação (parte prática) e abordará diversos temas que consideramos pertinentes para a problemática em causa, dada a complexidade do objeto de análise. Passamos, nesta fase, a apresentar o itinerário da pesquisa: dos marcos teóricos à construção do conhecimento.

I – Enquadramento Teórico

De modo sucinto, apresentam-se as bases teóricas:

- *Capítulo 1 – Infância, Direitos e Proteção.* Neste capítulo aborda-se o enquadramento histórico do conceito de infância: de que modo este conceito foi sofrendo alterações perante a sociedade e que evolução / transformação a infância tem vindo a sofrer ao longo dos últimos tempos, bem como o atual papel e estatuto que assume. Também se abordam os direitos da criança, através da Convenção dos Direitos da Criança, não só a nível mais individual como os direitos na família e à família. Procura-se, também, compreender formas de atuação e proteção relativas a crianças e jovens em perigo.

- *Capítulo 2 – A Família: Mudanças e Práticas.* Aqui é abordado o conceito de família numa perspetiva histórica e social tal como o papel que esta foi assumindo ao longo dos tempos. Do mesmo modo, procura-se refletir nas novas formas de família, funções e estruturas da mesma. Por outro lado, apresenta-se o conceito de famílias multiproblemáticas e o papel que as crianças acabam por ter no seio destas famílias.

Posteriormente, faz-se uma breve alusão à violência na família (sobretudo a violência exercida sobre a criança).

- *Capítulo 3 – A Institucionalização de Crianças e Jovens*. Neste capítulo faz-se um enquadramento sócio-jurídico, dando ênfase à questão da proteção. Por outro lado, procura-se compreender o tipo de relações existentes entre as crianças e jovens acolhidos.

II – Enquadramento Metodológico

- *Capítulo 1 – Princípios Teórico-Metodológicos*. Neste momento, inicia-se a apresentação do estudo de campo, fazendo o enquadramento conceptual, no qual se descreve o paradigma sobre o qual recai a investigação. Assim, faz-se uma breve alusão à investigação qualitativa e à importância que esta assume, através do estudo de caso, na recolha de informação com os sujeitos em estudo. Por sua vez, são identificados os objetivos do estudo.

- *Capítulo 2 – Procedimentos Metodológicos*. Este capítulo começa por apresentar a entrada da investigadora no terreno e, posteriormente, retrata o contexto e os atores envolvidos neste trabalho de investigação. Procura, não só descrever a realidade social na qual os indivíduos estão inseridos, como descrever as próprias características da amostra (caracterização pessoal e social). Numa outra fase, faz-se referência aos princípios éticos na investigação, dando especial relevo ao consentimento informado. Tenta-se discutir as questões e os procedimentos éticos e metodológicos que influenciam o desenvolvimento de toda a recolha e, posterior, análise dos dados. Na fase seguinte são descritas as técnicas utilizadas na recolha de dados, que no caso, são as entrevistas. Foram elaborados três modelos de entrevistas, direcionados às crianças e jovens, famílias e técnicos, respetivamente.

Parte III – Estudo Empírico: Apresentação, Análise e Discussão dos Resultados

Este momento da investigação leva-nos a debruçar na análise de conteúdo, na análise dos dados recolhidos. Procedemos, de igual modo, à discussão dos resultados. É tempo de refletirmos, analisarmos e debatermos os dados recolhidos para que possamos chegar a questões que nos conduzam a outros pontos de partida, para uma melhor compreensão de uma realidade tão complexa e abrangente. Assim, primeiramente, debruçamo-nos sobre os discursos das crianças e jovens. Isto é:

- *Capítulo 1.1. – Representações das Crianças e Jovens*. Este capítulo apresenta o resultado dos dados da investigação através da voz das crianças e jovens no que respeita à

família, à Instituição, ao que conhecem / desconhecem sobre os motivos da sua institucionalização, o que idealizam para o seu futuro, que interferência têm nas tomadas de decisão e que representação têm da sua condição atual.

- *Capítulo 1.2. – Representações da Equipa Técnica.* Este capítulo espelha os discursos da Equipa Técnica no que se refere às questões que se prendem com as representações que as crianças e jovens possuem relativamente à sua família biológica; as representações que têm sobre o acolhimento institucional e a relação que têm com os Técnicos da Instituição; que tipo de análise fazem dos contactos estabelecidos entre as crianças e jovens institucionalizados e as suas famílias e os contactos entre a própria Instituição e as famílias. Por outro lado, procura-se compreender de que forma os Técnicos encaram a participação das crianças e jovens em tomadas de decisão e, conseqüentemente, na definição dos seus projetos de vida, e também, como é que as famílias são consideradas parte integrante na definição e participação de decisões futuras. Por último, descreve-se a visão destes elementos no que tem que ver com as expectativas das crianças e jovens face ao seu próprio futuro e quais os projetos de vida predominantes na Instituição.

- *Capítulo 1.3. – Representações da Família.* Este capítulo, embora só tenha contado com a participação de três famílias, procura retratar a sua visão no que respeita à institucionalização dos seus filhos, à própria relação com a Instituição e tentar perceber os desejos relativamente ao futuro das suas crianças e jovens.

Terminamos o trabalho, com algumas considerações finais, nas quais se pretende, em simultâneo, elaborar uma síntese dos aspetos e questões mais relevantes deste estudo e também contribuir com algumas reflexões pessoais com o intuito de auxiliar todos aqueles que fazem do seu trabalho uma “luta” pelos Direitos da Criança.

PARTE I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO

Capítulo 1 – Infância, Direitos e Proteção

As crianças foram, durante muitos séculos, sujeitas a terríveis processos de selecção, dizimação, adestramento, que, em nada, se compadeciam com a sua natureza vulnerável e dependente, ficando reféns dos valores e práticas culturais que, em cada época, se foram construindo à volta destes seres sem qualquer estatuto. É, portanto, despropositado considerar que as crianças foram reconhecidas como sujeitos de direitos, uma vez que, em muitos períodos da história, e mesmo da história recente, elas foram desconsideradas enquanto seres humanos.

(Fernandes, 2005, p.25)

1.1. A Construção Social do Conceito de Infância

As crianças sempre fizeram parte da Humanidade, revelando-nos os relatos históricos e sociais que, embora de modos diferenciados, as sociedades sempre se ocuparam das suas crianças, na medida em estas são seres vulneráveis e dependentes dos adultos, sendo estes que decidem o que fazer em relação a elas (Arruabarena & Paúl, 1997).

A criança é um ser histórico, sendo que, quer o seu conceito, quer o seu estatuto na sociedade têm vindo a sofrer modificações. Verificam-se inúmeras alterações e transformações acerca dos “olhares” sobre elas; as representações enquanto grupo social e enquanto sujeitos de direitos, bem como o tipo de práticas que lhes são dirigidas, nomeadamente por parte dos adultos.

A Convenção sobre os Direitos da Criança define que é criança qualquer indivíduo até aos dezoito anos, salvo exceções em que determinado país considere a maioria antes desse período.

Casas (1998) refere-nos que existem outras perspectivas que ilustram a infância com um conjunto de características ou especificidades psicológicas, sociais e biológicas dos indivíduos em desenvolvimento, até que consigam alcançar as características consideradas como adequadas de outra idade para posterior desenvolvimento.

Etimologicamente, infância provém do latim: *in-fale*, o que não fala. Com o tempo foi adquirindo outras conotações como: o que não tem palavra, que se pode compreender como aquele que nada de interessante tem para dizer, e, sendo assim, não há que o ouvir.

As representações sociais sobre a infância foram-se alterando conforme os tempos e conforme a sociedade (fatores do contexto social que foram interferindo na compreensão e assimilação desta categoria social). Deste modo, facilmente se percebe que o contexto

sociocultural em que as crianças nascem e crescem está condicionado não só por dimensões estruturais, mas também por uma série de dimensões psicossociais (atitudes, representações, atribuições, categorizações, estereótipos, percepções sociais, ideologias, valores) que os adultos demonstram face à população infantil (Casas, 1998).

Casas (1998) apresenta-nos três espaços que considera privilegiados para a construção da imagem da infância, e que podem ajudar os adultos a adquirir conhecimento mais relevante sobre as representações que têm sobre este grupo social. O primeiro refere-se às *“relações e dinâmicas intrafamiliares”* (idem:27). Deste espaço fazem parte as relações existentes entre pais-filhos, estilo e características individuais da criança, expectativas e anseios/aspirações, sistema de valor educativo – formas de estimular e motivar, aplaudir ou reprimir, acalmar, elogiar ou punir. Um segundo espaço é o das *“inter-relações gerais da população face à infância”*. Aqui constam as percepções, atitudes e representações sociais dos adultos perante a população infantil em geral, tendo em atenção a etapa em que a criança se encontra, os problemas por ela vivenciados, e a forma como os encara e resolve socialmente. Um último espaço é o das *“imagens que se privilegiam as pautas de relação por parte dos meios de comunicação social”*: imagens direcionadas para a criança e que privilegiam o público infantil e o tipo de atitudes que assumem perante a criança enquanto consumidor – valores transmitidos.

Todas as sociedades em todos os tempos se preocuparam, cada uma a seu jeito, das suas crianças. A infância “enquanto categoria social definida por limites etários tem, em si mesma, deste modo, traços de intemporalidade e traços de variação sincrónica: é, simultaneamente, *una*, por incorporar a totalidade de uma geração, e *vária*, por nela coexistirem vários estatutos e papéis sociais” (Sarmiento, 1999, p.9).

Ao nível da historicidade da infância, deMause (1991) contribuiu significativamente para a compreensão desta evolução, apresentando a seguinte ordem:

- a) Infanticídio – defendia que o nascimento de uma criança estava associado à morte;
- b) Abandono – quando as crianças eram vendidas ou então utilizadas para fins políticos;
- c) Ambivalência – período ocorrido entre os séculos XIV e XVII, período este que se pautou pela importância do lado mais afetivo face à criança;
- d) Intrusão – marcou o período do século XVIII, na medida em que era pautado o percurso de vida da criança;

- e) Socialização – reinou durante o século XIX e meados do século XX, e era caracterizado pelo fato de se permitir à criança o contacto e interação com os outros, como forma de aquisição de regras, valores e princípios vigentes;
- f) Ajuda – situação que define o século XX, e traduz a ideia de que os pais são os melhores recursos no processo de crescimento e desenvolvimento dos filhos.

Convém, no entanto, destacar, tal como refere Soares (2001, p.25) “(...) a ideia de que a violência esteve sempre presente na condição infantil e continua a ser norma de comportamento de alguns grupos sociais, sendo apoiada pela perspectiva de outros historiadores”.

Nas últimas décadas “assistimos ao aparecimento de estudos que passaram a encarar a criança em si mesma, e não a partir da escola, da família ou de outra instituição enquadradora” (Amorim, 2011, p.175).

Qvortrup (1995) refere que o estatuto atribuído à criança é bastante complexo, pois, apesar dos adultos ansiarem o nascimento da criança e gostarem dela, concebem-nas cada vez em menor número, disponibilizando-lhes menos tempo e atenção.

A representação da criança e da própria infância também se faz a partir da família. Mas a própria representação da família tem vindo a ser alvo de profundas modificações ao nível das vivências, práticas, ideologias, comportamentos e valores. Todavia, “a reconfiguração da paisagem familiar é significativa; ora, simultaneamente enquanto objecto e enquanto sujeito, a criança é um elemento-chave neste processo de viragem” (Almeida, 2011, p.71).

Almeida (2011) apresenta-nos uma conceção de infância bastante interessante: sendo a criança um sujeito que tem vindo, ao longo do tempo, a ganhar e ocupar espaço numa sociedade tão diversificada e globalizada, não continua ela a ser “vítima” dos interesses e ideais dos adultos? Assiste-se, com alguma frequência, a estudos e investigações da infância, mas em quantos desses estudos e investigações são ouvidos os verdadeiros atores – as crianças? Quando e como é que elas têm voz ativa?

O século XX, e segundo Soares (2001), viu “nascer” uma conceção de infância assumida como uma categoria social autónoma.

O Estado assume uma postura de interesse e preocupação pela proteção e educação das crianças, sobretudo das mais desprotegidas. Começa a intervir junto dos pais que se revelam incapazes ou com sérias dificuldades em exercer a sua parentalidade de modo adequado. A par disto, as entidades governamentais põem em curso um conjunto de recursos materiais (escolas, lares de infância – IPSS vocacionadas para as crianças –,

colégios) e humanos (Professores, Juizes, Assistentes Sociais, Psicólogos, Educadores) com a finalidade de detetar situações menos favoráveis ao bem-estar e desenvolvimento são da criança, e intervir, conseqüentemente, o mais precocemente possível para salvaguardar o bem-estar a nível biopsicossocial da criança.

Grosman e Mesterman (1992) referem que os pais deixam de ser “donos” exclusivos dos filhos, na medida em que ficam sujeitos à “vigilância” e controlo por parte do Estado. Este assume-se como o guardião dos direitos e deveres das crianças, publicando normativos legais que regulamentam as questões relacionadas com a falta de capacidades e competências dos pais, assim como as respetivas sanções.

No decorrer do século XX, as crianças são o centro de todas as preocupações das ciências sociais e políticas. A infância, agora compreendida como categoria social, é encarada como um período fulcral na vida do indivíduo, uma vez que o futuro da sociedade depende daquilo que se foi enquanto criança.

A modernização do conceito de infância transporta consigo uma norma, ou seja, a representação do que deve ser uma *infância normal e desejável*.

Ao nível da preocupação social assiste-se ao desenrolar de medidas que protegem, cuidam, e assistem a criança, tentando cumprir-se os direitos da mesma.

Se, por um lado, a infância surge como o centro de todas as preocupações, por outro, assiste-se à “reinstucionalização da infância” (Sarmiento, 2002). Esta “reinstucionalização da infância” pode até ter radicalizado “(...) as condições em que vive a infância moderna, mas não a dissolveu na cultura e no mundo dos adultos, nem tão pouco lhe retirou a identidade plural nem a autonomia de acção que nos permite falar de crianças como atores sociais” (idem:10). Aqui o que está em causa não é a infância enquanto categoria social com características próprias (uma vez que esta realidade está completamente concebida) mas o facto de se querer realçar uma realidade social representada por uma série de ruturas sociais, que potenciam alguma insegurança e imprevisibilidade nos vários setores da sociedade, aos quais a infância pertence. Assim, “as instituições que ajudaram a construir a infância moderna sofrem processos de mudança, que, por seu turno, promovem a reinstucionalização da infância” (Sarmiento, 2002, p.18).

A atualidade é composta por uma diversidade de contextos sociais, cada vez mais complexos, onde as crianças têm de viver e aprender a sobreviver. Para Soares (2001) parece fazer mais sentido, dadas as condições sociais e económicas que vigoram, não se

falar apenas de infância, mas de infâncias múltiplas e diversificadas, dependendo das condições de vida que lhes dão origem.

Esta multiplicidade de infâncias faz-nos pensar que a própria infância está longe de poder ser entendida como uma categoria homogénea, na qual as crianças são iguais em direitos e deveres.

Como refere Corby (1993, p.11)

(...) a maior falha de muitas análises históricas em relação à infância é a de que tendem a generalizar acerca da forma como a criança é entendida, como se as experiências de todas as crianças fossem similares num momento concreto. É altamente provável que tal esteja longe de ser verdade. Crianças de diferentes classes, géneros e raças, têm experimentado uma grande variedade de experiências, em cada período da história.

1.2. A Convenção dos Direitos da Criança e os Direitos da Criança a Viver Protegida numa Família

Até ao início do século XX a criança era considerada como um ser carente de proteção mas não como um sujeito de direitos. Só em 1924, com a Declaração de Genebra, é que se assiste ao real interesse e preocupação internacional em assegurar e garantir os direitos da criança e dos adolescentes (bem-estar das crianças, normal desenvolvimento, alimentação, saúde e proteção contra a exploração). Contudo, foi só a partir da Segunda Guerra Mundial, com a criação da ONU e conseqüentemente da UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância), em 1946, que as questões das crianças e jovens passaram a ser mais sistematizadas e elaboradas, concretizando-se em 1959 com o surgimento da Declaração Universal dos Direitos da Criança.

Em 1989, assiste-se à proclamação da Convenção dos Direitos da Criança (CDC). A Convenção contém 54 artigos que estão divididos segundo quatro grupos de direitos: os *direitos à sobrevivência*; os *direitos relativos ao desenvolvimento*; os *direitos relativos à proteção* e os *direitos de participação*.

Todavia, neste trabalho iremos, apenas, mencionar os que diretamente se relacionam com a problemática em estudo.

O Princípio referente ao direito a especial proteção para o desenvolvimento físico, mental e social da criança, apresenta a ideia de que ela deve desfrutar de proteção especial e dispor de oportunidades e serviços a serem estabelecidos pela lei e por outros meios, de modo a que possa desenvolver-se física, mental, moral, espiritual e socialmente de forma

saudável e normal, assim como em condições de liberdade e dignidade (atenção face ao superior interesse da criança)

Outro dos princípios (Art.º 24, 26 e 27) subjacentes refere-se ao direito à alimentação, moradia e assistência médica adequadas para a criança e para a mãe: a criança deve ter proveito dos benefícios da previdência social. Terá direito a crescer e desenvolver-se em boa saúde devendo ser-lhe proporcionado, tanto a ela como à sua mãe, cuidados especiais, incluindo a alimentação pré e pós-natal.

Um outro princípio, não menos importante, refere-se ao facto de a criança ter direito a ser protegida contra o abandono e a exploração no trabalho (Art.º 32). A criança deve ser protegida contra toda a forma de abandono, crueldade e exploração, não devendo ser objeto de nenhum tipo de tráfico (Art.º 35).

O direito que é alvo de particular interesse neste trabalho relaciona-se com o direito a ter uma família. No Art.º 7, é salvaguardado o direito da criança conhecer os seus pais, ser educada por eles, não ser afastada deles, a menos que seja posto em causa o seu interesse superior, nomeadamente em situações de risco para a sua integridade física e moral (Art.º 9). O direito à família encontra-se bem explícito no decorrer de vários artigos (Art.º 9, 10, 18, 20, 21 e 27) onde se faz alusão às *relações familiares, à separação da criança dos seus pais, aos deveres dos pais em relação aos filhos e à adoção*.

Os Art.º 18 e 20 asseguram a obrigação do Estado face à proteção especial da criança privada do seu ambiente natural e de salvaguardar os cuidados alternativos e adequados ou a colocação em Instituições apropriadas.

A Convenção também faz alusão à colocação de crianças desprovidas de meio familiar normal (Art.º 3) e à promoção de medidas de reintegração social (Art.º 39).

No mesmo documento também se promove o *direito à participação* (Art.º 12). As crianças, como sujeitos de direitos, podem e devem expressar as suas opiniões no que a elas lhes diz respeito.

1.3. A Proteção Jurídica das Crianças em Situações de Perigo

A Lei de Promoção e Proteção nº 147/99 de 1 de setembro, Artigo 1.º (objeto) “tem por objeto a promoção dos direitos e a proteção das crianças e dos jovens em perigo, por forma a garantir o seu bem-estar e desenvolvimento integral”. Neste sentido, depreende-se que é função e dever do Estado salvaguardar os interesses das crianças e jovens (por isso

desprovidos, por si só, de proteção e segurança) assegurando-lhes todas as condições que permitam o seu desenvolvimento na íntegra.

Face a esta questão de salvaguardar o superior interesse da criança, o Estado, através de entidades competentes na área da infância e juventude (Tribunal e CPCJ), intervém quando constata que não estão reunidas as condições necessárias ao desenvolvimento e crescimento da criança e jovem. Assim sendo, e segundo consta no Artigo 3.º do Dec. Lei nº 147/99 de 1 de setembro,

1 – a intervenção para promoção dos direitos e protecção da criança e do jovem em perigo tem lugar quando os pais, o representante legal ou quem tenha a guarda de facto ponham em perigo a sua segurança, saúde, formação, educação ou desenvolvimento, ou quando esse perigo resulte de acção ou omissão de terceiros ou da própria criança ou do jovem a que aqueles não se oponham de modo adequado a removê-lo.

Consequentemente, e por alguma associação, deparamo-nos com situações de famílias multiproblemáticas, carenciadas a vários níveis (económico, social, físico), isto é, famílias às quais estão associados vários problemas que conduzem, por vezes, à retirada da criança do seio familiar e à sua colocação numa Instituição.

O Dec. Lei supra mencionado aborda ainda a questão da retirada da criança à família biológica, invocando, explicitamente, no Artigo 4.º os “princípios orientadores da intervenção”. Estes princípios são: o *interesse superior da criança* (desenvolvimento são e normal no plano físico, intelectual, moral, espiritual e social em condições de dignidade e liberdade); a *privacidade* (respeito pela intimidade, evitar a estigmatização da criança); a *intervenção precoce* (aquando da deteção de situações de risco); a *intervenção mínima* (efetuada apenas pelas entidades competentes em matéria de infância e juventude); a *proporcionalidade e atualidade* (adequação ou conformidade para a prossecução dos fins); a *responsabilidade parental* (exercício das responsabilidades parentais); a *prevalência familiar* (prioridade em integrar o menor no seio da sua família); a *obrigatoriedade da informação* (informar a criança e o seu representante legal); a *audição obrigatória e participação* (direito a ser ouvida e participar na tomada de decisão) e a *subsidiariedade* (intervenção mais próxima do menor).

Também neste mesmo Dec. Lei se encontram disposições no que se refere à participação e/ou envolvimento por parte da família aquando da retirada do menor (tome-se como exemplo o Artigo 9.º). Importa, todavia, salientar que a questão da família como elemento importante no desenvolvimento da criança, é, igualmente, referida ao nível das medidas de promoção e proteção. Sendo assim, destaca-se a *medida de apoio junto dos*

pais (Artigo 40.º), a questão da *educação parental* (Artigo 41.º) e o *apoio à família* (Artigo 42.º).

Quando e caso não se verifiquem que estejam reunidas as condições para assegurar o bem-estar da criança, uma das medidas alternativas é o Acolhimento Institucional.

Capítulo 2 – A Família: Mudanças e Práticas

*A família é uma rede complexa de relações e emoções
na qual se passam sentimentos e comportamentos
que não são possíveis de ser pensados
com os instrumentos criados pelo estudo dos indivíduos isolados.
(Gameiro, 1992, p.187)*

Ao se pensar na família associa-se logo ao “(...) lugar onde naturalmente nascemos, crescemos e morremos, ainda que, nesse longo percurso, possamos ir tendo mais do que uma família” (Alarcão, 2000, p.35). A família apresenta-se, deste modo, como o primeiro palco onde se vai iniciar a adaptação à vida social: primeiros contactos com pessoas, experiências de trocas e interações, de solidariedade, de proibições e restrições, de um modo simplificado, todas estas experiências contribuem para o que se caracteriza como a socialização primária.

Sampaio e Gameiro (1998, p.12) definem família como “(...) um sistema, um conjunto de elementos ligados por um conjunto de relações com o exterior, que mantêm o seu equilíbrio ao longo de um processo de desenvolvimento percorrido através de estádios de evolução diversificados”.

Por sua vez, Andolfi (1981, p.20) designa família como um “(...) sistema de interacção que supera e articula dentro dela os vários componentes individuais” acrescentando que

(...) a família é um sistema entre sistemas e que é essencial a exploração das relações interpessoais, e das normas que regulam a vida dos grupos significativos a que o indivíduo pertence, para uma compreensão do comportamento dos membros e para a formulação de intervenções eficazes.

O modelo de família dos anos sessenta assentava, essencialmente, no casal com predisposição para a filiação, pautado por relações hierárquicas e na assunção de divisão de tarefas. Contrariamente aos dias que correm, assiste-se à não prioridade do casal em conceber descendentes, mas, por sua vez, à valorização e realização enquanto casal (Almeida, 2011). Neste sentido, a família desses anos não tem nada que ver com a “designação” atual da família. Uma das grandes transformações a que se assistiu foi a entrada da mulher no mercado de trabalho, deixando de se ocupar simplesmente do lar e da educação dos filhos, dedicando mais tempo ao seu trabalho, acumulando responsabilidades

e funções sociais. Não obstante, observa-se o aumento de divórcios, o que faz com que a dinâmica familiar mude substancialmente.

A criança tem vindo a assumir-se como um elemento essencial na nova configuração da família.

Os filhos têm um papel mais ativo e participativo na vida familiar: exprimem opiniões, fazem valer os seus ideais e interesses, etc. Assim,

(...) uma família evolui se não permanecer isolada: se conseguir estar aberta ao exterior e receber de fora e de dentro, os estímulos necessários para poder mudar. É importante então que todos se possam fazer ouvir, mas cada um deve falar por si e ter as suas ideias (Sampaio, 1994, p.39).

O estatuto da criança no seio da família veio contribuir para a nova conceção de família: para os pais, o filho tornou-se numa opção racionalizada, planificada, colocada no mundo sob determinadas condições. A criança, por seu lado, também simboliza a realização do casal, fonte de sucesso e aspirações pessoais.

Na vida familiar, naturalmente, surgem situações que podem provocar alguns sentimentos de angústia e de insatisfação, exigindo uma capacidade de articulação dos vários elementos constituintes de modo a resolver e ultrapassar esse momento menos bom (o que habitualmente denominamos de resiliência).

Por norma, as mudanças geram algum stress, não pelo facto de se pensar que podem ser prejudiciais mas porque se vai para uma situação incógnita, para o imprevisível, provocando, assim, alguma desconfiança e incerteza quanto ao futuro, pois, “apesar de poder sentir, de forma mais ou menos intensa, essa necessidade de transformação, de alteração do seu padrão habitual de funcionamento, o sistema teme o desconhecido e, por isso mesmo, tem tendência a ancorar-se no padrão de relações que conhece” (Alarcão, 2000, p.94).

As crises têm de ser sempre resolvidas no presente para que o sistema familiar continue a funcionar e não interfira em situações ou acontecimentos futuros. Qualquer crise põe em causa a homeostasia de qualquer família, sendo assim, é fundamental que a família seja flexível no modo como enfrenta essa crise.

2.1. Novas Formas de Família

Nos últimos anos tem vindo a assistir-se a um gradual aumento de “novas formas de família”¹, das quais se destacam as famílias monoparentais, as famílias reconstruídas, as famílias adotivas, as famílias homossexuais, permitindo perceber “(...) que a família nuclear tradicional tem os dias contados” (Alarcão, 2000, p.202).

Se, antigamente, a ideia que predominava era a de um casal com muitos filhos, nos dias que correm assiste-se ao crescer acentuado de famílias monoparentais: “as famílias monoparentais são um fenómeno crescente em todos os países desenvolvidos” (Saraceno & Naldini, 2003, p.71). Os fatores que contribuíram para esta nova forma de família são, sobretudo, a viuvez, o nascimento de filhos fora do casamento e a separação e/ou divórcio. Assim, as famílias monoparentais são aquelas em que “(...) a geração dos pais está apenas representada por um único elemento” (Alarcão, 2000, p.212). Este modelo de família surge ou porque um dos progenitores abandona o lar e o que fica não se casa novamente, ou porque se é mãe solteira ou então adota um filho (adoção singular).

As famílias reconstruídas são aquelas em que os membros do casal já constituíram família anteriormente à atual união, e que por motivos de divórcio ou viuvez, decidem construir uma nova família. Os membros desse casal podem ou não ter filhos dos relacionamentos anteriores e podem, também, vir a ser pais novamente.

Atendendo às famílias adotivas “(...) caracterizam-se hoje, na sua maioria, pelo facto de acolherem no seu seio crianças e adolescentes que não têm laços de sangue com aqueles pais mas que lhe estão ligados por laços afectivos e legais” (Alarcão, 2000, p.218).

As famílias homossexuais, embora muito raras em Portugal, são aquelas em que os progenitores são ambos do mesmo sexo.

2.2. Famílias Multiproblemáticas

A designação de famílias multiproblemáticas refere-se a “(...) famílias de baixo nível sócio-económico, geralmente no limiar da pobreza, socialmente marginalizadas e com problemas graves de alcoolismo, toxicodependência, delinquência, maus tratos e abandono das crianças” (Alarcão, 2000, p.316). Este conceito não é, ainda, consensual. Porém, há indícios de como pode ser encarado: existe a presença acentuada de disfunções em várias áreas do funcionamento e organização a nível individual, familiar e social, bem como deficits de recursos, meios e competências para enfrentar, de forma autónoma e sem

¹ Por “novas formas de família” entenda-se “(...) um conjunto diversificado de configurações familiares distintas da família nuclear tradicional e da família de três gerações” (Alarcão, 2000:202).

intervenção de terceiros (ex: profissionais) situações de crise e/ou problemas, colocando a família numa situação de constante vulnerabilidade.

Num trabalho realizado em Palermo, por Cancrini, Gregorio e Nocerino (1997), os autores concluíram que também prevalecia uma clara privação económica e cultural neste tipo de famílias. Deste modo, a escassez de recursos económicos e a falta de competências sociais faziam com que os problemas que surgiam aumentassem, reduzindo a capacidade de os enfrentar de forma eficaz.

A partir de várias pesquisas e investigações relativas ao conceito das famílias multiproblemáticas, foram surgindo várias designações para ilustrar algumas das suas principais características específicas, em termos de funcionamento e organização (Sousa, 2005; Sousa, Hespánha, Rodrigues & Grilo, 2007).

A investigação no âmbito das famílias multiproblemáticas tem-se debruçado, sobretudo, nos seus deficits, tentando descrever os seus problemas, aspetos mais negativos, dificuldades e os modos de disfuncionamento e desorganização familiar, sendo, raramente, mencionados e descritos os aspetos positivos, as competências e os recursos (Sousa & Ribeiro, 2005; Sousa, Ribeiro & Rodrigues, 2006, 2007). Consequentemente, a intervenção que se faz com estas famílias segue, quase em exclusivo, uma perspetiva deficitária, centrada no que não funciona e nos aspetos negativos, e também porque os profissionais encaram estas famílias como repletas de problemas, tornando-se difícil valorizar e trazer à tona as competências e o potencial dessas mesmas famílias (Sousa & Ribeiro, 2005).

É imprescindível que “(...) a observação e intervenção familiares resultam sempre de construções conjuntas realizadas pelos técnicos e pelas famílias” (Alarcão, 2000, p.55).

Contudo, importa, ainda, referir que nos últimos tempos se tem constatado uma nova visão e abordagem para com estas famílias (Sousa, Ribeiro & Rodrigues, 2006), salientando que estas famílias têm igualmente recursos e competências que devem usufruir e pôr em prática.

Embora as competências parentais nas famílias multiproblemáticas sejam, geralmente, conturbadas e associadas a uma série de conflitualidades, à carência afetiva e alguma desarmonia entre os vários elementos, a verdade é que

(...) o ecossistema destas famílias (...) estimulado pela espectacularidade dos seus problemas e das suas dificuldades, também desenvolve mecanismos compensatórios que podem constituir um importante recurso para a intervenção, desde que não sejam

aproveitados para diminuir as competências da família mas antes para alargá-las e implementá-las (Alarcão, 2000, p.321).

É sabido que, apesar de estas famílias estarem estagnadas ou bloqueadas em constantes padrões que se repetem devido à falta de organização, todos os seus membros e a própria comunidade em que se encontram inseridas, funcionam como entidades que resolvem quotidianamente problemas, tendo recursos, meios e competências que devem ser ativados com a ajuda de profissionais em prol da promoção do seu equilíbrio e organização (Sousa, Ribeiro & Rodrigues, 2006).

Um aspeto pertinente prende-se com o facto de, tipicamente, a designação de famílias multiproblemáticas estar associado à pobreza e a baixos níveis socioeconómicos (Cerqueira, Pires, Figueiredo, Matos & Sousa, 2003; Sousa & Eusébio, 2005). Todavia, esta visão apresenta-se como errónea na medida em que estes agregados familiares se encontram nos mais variados contextos sociais, culturais e económicos. O que se tem vindo a constatar é que as famílias multiproblemáticas pobres são a face mais visível de toda uma realidade, por si, bastante complexa, na medida em que se apresentam num número bastante significativo de casos, tornando-se menos discretas e mais visíveis sob o olhar da comunidade e dos profissionais.

É preciso considerar que pobreza não é sinónimo de desorganização: ser-se pobre não significa naturalmente ser-se disfuncional ou incapaz. É, contudo, um fator de risco para o bloqueio do funcionamento normal de uma família.

Sendo assim, as famílias multiproblemáticas podem encarar acontecimentos de pobreza e dificuldades socioeconómicas, mas não existe uma relação de causalidade (Sousa & Ribeiro, 2005). Nestas famílias, normalmente, constata-se que o número de filhos é significativo, sendo estes o alvo de pedidos de intervenção por parte de terceiros (por exemplo, Professores).

As Instituições ou entidades que trabalham com e em prol da família raramente são procuradas por estas. Acabam por ter conhecimento das situações por intermédio de alguém ou de algum organismo (por exemplo, Centro de Saúde) que tem conhecimento da realidade dessas famílias.

Muito se tem falado da intervenção em rede com o intuito de aumentar a eficácia das ações produzidas, não desperdiçando recursos quer humanos, quer físicos, e reduzindo “(...) o número aberrante de ações discordantes e de técnicos envolvidos” (Alarcão, 2000, p.327).

Qualquer família se depara com dificuldades e entraves no seu dia-a-dia, porém, as famílias multiproblemáticas assistem

(...) a crises normativas que ocorrem de forma acelerada e precoce, potenciadas pelas especificidades da sua história de vida, o que conduz a crises de desenvolvimento e a situações problemáticas, essencialmente porque ocorrem prematuramente (e.g. maternidade na adolescência); para além disso, as crises não normativas são elevadas e todos estes acontecimentos se reforçam mutuamente (Abreu, 2011, p.8).

Neste sentido, momentos de crise parecem episódios permanentes que fazem parte do quotidiano, “obrigando” a família a encará-los como algo corrente e não como algo passageiro e de possível resolução. Assim, são frequentes sentimentos de impotência, baixa auto-estima, ineficácia e uma clara falta de resiliência, bem como intolerância à frustração e a incapacidade de pensar na resolução dos problemas e de os encarar como algo construtivo (preparação para futuros momentos de crise). Este conjunto de sentimentos, por sua vez, tem um efeito paralisante no sentido de que tornam as pessoas bastante vulneráveis e sensíveis, apáticas e sem capacidade de iniciativa. Consequentemente, verifica-se uma clara evidência de falta de estratégias e mecanismos que permitam a adaptação e posterior resolução das situações causadoras de stress, o que faz com que as trajetórias de vida dessas famílias sejam “labirínticas” uma vez que existe uma sucessão de crises (quase permanentes), uma elevada desorganização, instabilidade e conflituosidade no núcleo familiar, alterando, sistematicamente o curso da vida familiar (Sousa, 2007).

De um modo bastante sintetizado, e após alguns estudos realizados a nível nacional (Hespanha et al, 2000; Sousa, 2004; Cerqueira et al, 2003), pode afirmar-se que as áreas nas quais as famílias se deparam com mais problemas são: educação (analfabetismo; insucesso e absentismo escolar), emprego (desemprego; situação profissional precária), gestão financeira (má gestão do orçamento familiar), habitação (problemas de manutenção, precariedade e insalubridade; ausência de infra-estruturas básicas como a luz elétrica, água potável e saneamento), rendimento (situação económica e financeira instável e precária), saúde (deficiência e/ou perturbações mentais; situações de abuso de estupefacientes ou alcoolismo), relações familiares (situações de violência doméstica e maus tratos infantis) e relações sociais (conflitualidade).

Face ao exposto, parece consensual que as competências, os recursos e o potencial das famílias ficam obsoletos dada a quantidade de problemas que prevalecem no seio familiar.

2.3. As Crianças nas Famílias Multiproblemáticas

A noção de *risco* refere-se aos “riscos que as crianças correm sempre e quando o seu meio familiar não constitui um contexto favorável ao seu desenvolvimento, podendo mesmo comprometer a sua viabilidade e integridade física ou psicológica” (Martins, 2004, p.11).

São constantes as histórias de crianças que crescem e se desenvolvem em ambientes geradores de adversidade, estando, por isso mesmo, expostas a múltiplos fatores de risco e não fatores de proteção.

Na perspetiva de Morais (2009, p.37)

os factores de risco são aquelas condições ou variáveis que estão associadas com a maior probabilidade de resultados desenvolvimentais negativos ou indesejáveis – morbidade, mortalidade, de acordo com o uso mais clássico, ou, mais recentemente, comportamentos que podem comprometer a saúde, bem-estar ou performance social.

Por outro lado, os fatores de proteção visam poder atuar em situações de desajuste ou desconformidade com a realidade para facilitar a “normalidade” ou ajustamento da situação que originou o problema. Isto é, “os mecanismos de protecção podem levar à neutralização dos efeitos adversos dos riscos” (ibidem).

Nas famílias multiproblemáticas, uma vez que estão expostas às mais variadas situações de adversidade, as crianças são as que acarretam mais consequências negativas e prejudiciais ao seu normal desenvolvimento. São consequências, por exemplo, problemas de saúde mental, dificuldades de ajustamento e inserção, comportamentos de externalização e internalização no período da adolescência, problemas escolares (absentismo e abandono escolar; dificuldades de concentração, desmotivação, insucesso escolar), dificuldades de aprendizagem e dificuldades de socialização. Também se constata situações como a vivência constante de sensações de medo e pânico, insegurança, falta de autonomia, e dependência. Assim, e para Alberto (2006, p.50)

o maltrato infantil pode desencadear na criança um conjunto de consequências que se inscrevem em diferentes aspectos: um que estabelece os domínios (físico, afectivo, social,

cognitivo e comportamental) e outro que vai do pontual ao geral, podendo vir a abarcar todo o desenvolvimento do sujeito.

A investigação “(...) tem demonstrado que as crianças em situação de risco psicossocial apresentam dificuldades ao longo de todo o ciclo vital, desde perturbações emocionais a desordens de conduta, problemas escolares, bem como isolamento social na maioria das crianças” (Abreu, 2011, p.16). Esta situação agrava-se dado existirem situações de precariedade económica e financeira, estando, por isto mesmo, expostas a condições de vida vulneráveis e empobrecidas, na medida em que a

(...) pobreza, reflectidas no desemprego, na dependência continuada de subsídios da segurança social, precárias condições de alojamento, são a maior fonte de insegurança, frustração e stress numa camada substancial da população e por consequência uma das fontes fundamentais de alimento das situações de maus-tratos infantis (Soares, 2001, p.91).

Associado às situações descritas surgem a instabilidade e imaturidade dos membros constituintes do casal, e que, tendencialmente, assumem posturas negativas e nefastas no exercício das responsabilidades parentais (Neves, 2007). Estas figuras adultas tendem a não assumir as suas funções parentais, demonstrando, com regularidade, modelos de parentalidade empobrecidos, com elevado nível de incongruência e inadequação, assim como negligência face à prestação dos cuidados básicos (Rodrigo, Máiquez, Correa, Martín & Rodríguez, 2006), que, em situações extremas, pode levar à retirada das crianças e conseqüente institucionalização. Esta situação (institucionalização) pode provocar danos aos níveis dos vínculos com a família biológica, pois estes, em várias situações, são cortados, não sendo possível manter-se qualquer contacto e relação entre pais e filhos.

Assiste-se ao comprometimento da função socializadora e vinculativa dos progenitores, abarcando falhas no que respeita à segurança básica e interiorização de modelos inseguros de vinculação, dificultando, por seu lado, a autonomização, a exploração do meio e o conhecimento e apreensão das normas sociais por parte das crianças que vivem nestas famílias (Gómez, Muñoz & Haz, 2007), aumentando, em simultâneo, os conflitos com o meio (Neves, 2007).

No seu núcleo familiar, a criança pode começar a interiorizar que a violência é “um meio aceitável para se conseguir obter o que se pretende e uma forma de resolução dos conflitos” (Rego & Sani, 2005, p.114).

Capítulo 3 – A Institucionalização de Crianças e Jovens

*Podemos imaginá-los como passarinhos em gaiolas... uns rouxinóis, outros, canários...
Os rouxinóis, sempre tristes, preferindo enfrentar o desconhecido,
a indeterminação do espaço livre, a procura incerta de alimento, segurança e carinho.
Os canários, cantando nessa mesma gaiola, trocando a liberdade pelo conforto,
a segurança e a certeza da satisfação das suas necessidades básicas de sobrevivência física.
Os últimos cantam, os primeiros, definham de tristeza.
(Alberto, 2003, p.227)*

A assistência social surgiu em Portugal há já bastante tempo e tal deveu-se à “criação das Misericórdias pela Rainha D. Leonor (1458-1525) que marca o aparecimento de estruturas vocacionadas para a prática de obras de caridade, destinadas aos pobres, enfermos, órfãos, presos, etc.” (Ramirez, Penha & Loff, n.d., p.9). É de referir que estas obras estavam associadas a princípios de ordem cristã.

No século XVIII (1780) é fundada a Casa Pia de Lisboa que surge com o objetivo primordial de acolher crianças que estivessem em situações de pobreza ou mendicidade, recebendo formação para a vida adulta.

Mais tarde surgem as Casas da Roda, que acolhiam, essencialmente, crianças abandonadas e órfãs. No decorrer do século XIX

(...) o número de crianças expostas na roda caracterizava-se por apresentar uma tendência gradualmente crescente, implicando um aumento de crianças abandonadas e o Governo, numa tentativa de travar um pouco a tendência de abandono das crianças nas Casas da Roda, extinguiu estas instituições (Soares, 2001, p.117).

Estas Casas da Roda foram substituídas pelos Hospícios de Acolhimento que recebiam crianças abandonadas ou em situação de grande precariedade.

No início do século XX assiste-se a um novo olhar sobre o modo como proteger a criança e na forma como prestar os cuidados essenciais ao seu bem-estar.

O Estado define duas medidas primordiais de intervenção: “(...) iniciativas relativas à protecção dos menores contra a exploração infantil” e a segunda, “a promulgação de documentos relativos à forma como se encarava a delinquência juvenil e as situações de risco que lhes estavam associadas” (Soares, 2001, p.118).

A partir dos anos 70 começa a surgir um novo modelo mais direcionado para as carências desenvolvimentais, tentando conceber a ideia de que o contexto institucional deve ser o mais semelhante possível (nas suas práticas) ao do ambiente familiar. Esta nova

conceção aponta para Instituições de cariz mais pequeno (abarcando um menor número de crianças), proximidade nas relações, afeto e cuidados assegurados constantemente.

Desde a década de 90 até aos dias que correm, tem-se pensado na institucionalização como uma alternativa para resolver o problema do meio desestruturado e/ou desadequado para o desenvolvimento harmonioso da criança, aumentando, em simultâneo, as medidas preventivas.

Definir uma Instituição não é fácil devido à multiplicidade de fatores e aspetos envolventes.

Sandomingo (1998, p.71) define as Instituições direcionadas para o acolhimento de crianças como

Instituições sociais criadas pela iniciativa pública para facilitar uma atenção especializada àquelas crianças e jovens que, por circunstâncias familiares distintas, necessitem de ser separadas temporariamente do seu núcleo familiar, e para os quais o internamento é a opção preferencial face à impossibilidade de lhes oferecer outro tipo de recursos.

As I.P.S.S. (Instituições Particulares de Solidariedade Social) são as Instituições que mais asseguram os serviços de proteção e educação das crianças e “desenvolvem actividades de solidariedade social muito diversificadas, nomeadamente, no âmbito do apoio social a crianças, jovens, idosos e deficientes” (Ramirez, Penha & Loff, n.d., p.40). Deste modo, as I.P.S.S., ainda que apoiadas financeiramente pela Segurança Social, não estão vinculadas a normas de funcionamento da mesma.

Em 1999 é promulgada a Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo, Lei nº. 147/99 de 1 de Setembro, que entra em vigor em Janeiro de 2001, que tem como objeto “a promoção dos direitos e a protecção das crianças e dos jovens em perigo, por forma a garantir o seu bem-estar e desenvolvimento integral”. Com a promulgação desta lei, o Estado vai-se afirmando como um “Estado de Direito” promovendo e salvaguardando os direitos e protecção dos menores.

O Estado, ao não atender rapidamente às famílias de risco, ao não ordenar os recursos sociais de apoio, ao não atender à sua própria responsabilidade pelos projetos de vida destas crianças, parece entrar em “conflito” e contradizer-se com a defesa dos princípios básicos, regulados e visíveis no preâmbulo da Convenção dos Direitos da Criança:

convictos de que a família, elemento natural e fundamental da sociedade e meio natural para o crescimento e bem-estar de todos os seus membros, e em particular das crianças, deve receber a protecção e a assistência necessárias para desempenhar plenamente o seu

papel na comunidade; reconhecendo que a criança, para o desenvolvimento harmonioso da sua personalidade, deve crescer num ambiente familiar, em clima de felicidade, amor e compreensão.

O acolhimento em Instituição é uma medida de proteção que vem descrita no Diário da República – I Série - A, N.º 204 - 1-9-1999, Lei n.º 147/99 de 1 de Setembro. Esta medida

consiste na colocação da criança ou jovem aos cuidados de uma entidade que disponha de instalações e equipamento de acolhimento permanente e de uma equipa técnica que lhes garantam os cuidados adequados às suas necessidades e lhes proporcionem condições que permitam a sua educação, bem-estar e desenvolvimento integral (Artigo 49.º).

O ideal é que as estruturas

(...) de vida dos lares devem aproximar-se tanto quanto possível das que caracterizam o contexto familiar, o que significa que devem estar organizados em grupos de dimensões reduzidas e integrar um baixo número total de utentes, de modo a evitar-se a massificação no acolhimento (Delgado, 2006, p.168).

Em simultâneo, a lei faz referência quanto ao tempo de duração da medida de acolhimento. Assim, o tempo de permanência em Instituição pode ser de curta ou longa duração (Artigo 50.º).

Relativamente ao funcionamento das Instituições de acolhimento e, de acordo com o:

Artigo 53.º 1 — As instituições de acolhimento funcionam em regime aberto e são organizadas em unidades que favoreçam uma relação afectiva do tipo familiar, uma vida diária personalizada e a integração na comunidade.

2 — Para efeitos do número anterior, o regime aberto implica a livre entrada e saída da criança e do jovem da instituição, de acordo com as normas gerais de funcionamento, tendo apenas como limites os resultantes das suas necessidades educativas e da protecção dos seus direitos e interesse.

A medida de acolhimento em Instituição cessa quando

a) Decorra o respectivo prazo de duração ou eventual prorrogação; b) A decisão de revisão lhes ponha termo; c) Seja decidida a confiança administrativa ou judicial, nos casos previstos no artigo 44.º; d) O jovem atinja a maioridade ou, nos casos em que tenha solicitado a continuação da medida para além da maioridade, complete 21 anos; e) Seja proferida decisão em procedimento cível que assegure o afastamento da criança ou do jovem da situação de perigo (Artigo 63.º).

Trigo e Alberto (2010, p.126) levantam algumas questões interessantes: “porque as levam para longe da família?” (entenda-se, as crianças), “que lhes irá acontecer? Como prosseguir sem as pessoas que são importantes para si?”

As autoras (bem como outros investigadores por elas mencionados) fazem referência à

(...) gravidade dos efeitos (a curto, médio e longo prazo) da institucionalização no bem-estar das crianças e adolescentes em várias dimensões (intelectual, física, comportamental e sócio-emocional), nomeadamente ao nível do desenvolvimento, da vinculação, da adaptação psicossocial, da auto-estima, dos problemas de comportamento, do desempenho académico, da capacidade de atenção, da linguagem (Trigo e Alberto, 2010, p.126).

3.1. Relações de Vinculação em Crianças e Jovens Institucionalizados

Estudos sobre a vinculação em crianças em risco têm vindo a ganhar destaque nos últimos anos, contribuindo para uma melhor compreensão da importância desta ao nível da análise de certos fenómenos e comportamentos (Harter, 2006; Kobak, Cassidy, Lyons-Ruth & Ziv, 2006).

Alguns estudos empíricos (Toth, Cicchetti, Macfie, Maughan, & Vanmeenen, 2000; Benavente, Justo & Veríssimo 2009) têm demonstrado que crianças maltratadas apresentam uma maior probabilidade de desenvolverem padrões de vinculação inseguros e desestruturados. Pelo contrário,

(...) crianças que tenham vivências de sólidas relações familiares, que tenham crescido num bom lar, ao lado de uns pais afectivos e carinhosos, previsíveis, constituindo-se como figuras acessíveis, dos quais sempre pode esperar apoio, conforto e protecção terão maiores probabilidades de activar respostas que permitam a adaptação a situações adversas, por comparação com crianças com histórias de vida familiares controversas, que cresceram na certeza de pais, indisponíveis, ou abusivos (Pinhel, Torres & Maia, 2009, p.510).

Crianças que estão expostas aos mais variados tipos de risco apresentam uma maior probabilidade de virem a desenvolver um tipo de vinculação insegura, na qual é possível reconhecer determinados tipos de condutas ambíguas interligados a outras vertentes do desenvolvimento sócio-emocional da criança, como o tipo de relação estabelecido com o grupo de pares (conflitos bastante presentes, dependência, castigos, vitimização, adversidade), ou até mesmo na construção do próprio *self* (variações de humor, condutas agressivas, sinais de ansiedade e depressão e isolamento) (Stroufe, 2005). Também é frequente a presença de sintomatologia depressiva nestes sujeitos (Trigo e Alberto, 2010).

Por oposição, crianças que vivenciam uma vinculação segura, tendencialmente demonstram competências pessoais melhores e mais positivas (elevada auto-estima, adaptação às situações adversas, e capacidades cognitivas) bem como competências sociais mais adequadas (reciprocidade, empatia, capacidade de resolução de problemas) e fácil gestão e interação com os adultos (obediência às regras, independência, percepções e expectativas que vão de encontro à idealização que os adultos nutrem por elas) (Soares, 2002; Stroufe, 2005). Face ao exposto, facilmente se compreende que

(...) a organização dos padrões de vinculação depende do feedback dinâmico que se estabelece entre as principais figuras cuidadoras e a criança, através da rotina e redundância das interações entre ambas e da forma como estes adultos conseguem, ou não, funcionar quer como base segura, da qual a criança pode partir para explorar o meio, quer como porto de abrigo, ao qual pode voltar sempre que as suas incursões se tornarem assustadoras (Pinhel, Torres & Maia, 2009, p.511).

Alguns estudos (Smyke, Dumitresco & Zeanah, 2002; Pinhel, Torres & Maia, 2009) provam que as crianças que vivem em contexto institucional experienciam dificuldades em desenvolver uma relação de vinculação seletiva com um cuidador e muito se deve ao facto de existirem muitas crianças para poucos cuidadores, o trabalho por turnos e a frequente alteração dos funcionários.

Na verdade, uma das exteriorizações típicas dessas crianças prende-se com o facto de estabelecerem relações de amizade não discriminadas entre os adultos que lhe são próximos e outros que não aparentam ter qualquer significado (Chisholm, Carter, Ames & Morison, 1995).

Silva (2004) refere que mediante situações adversas que podem levar à retirada da criança do seu núcleo familiar e colocá-la numa Instituição, parecem existir crianças que demonstram uma maior vulnerabilidade e crianças que se apresentam mais resilientes.

O fenómeno da institucionalização tem impactos nas questões da vinculação. Assim, têm-se constatado problemas emocionais e de comportamento, os quais se destacam a “(...) «depressão analítica», retraimento social e um padrão comportamental caracterizado por uma «sociabilidade indiscriminada» ou ausência de reticência da criança face a estranhos” (Soares, Silva, Marques, Baptista & Oliveira, 2010, p.55). Estes acontecimentos são perturbações no relacionamento social de crianças que viveram em Instituições sem terem a presença de um cuidador que atendesse às suas necessidades e carências.

Para Aquino e Silva (2005, p.190) o atendimento massificado das crianças institucionalizadas “(...) tem revelado os custos pessoais que tal situação acarreta: carência afectiva, dificuldade para estabelecimento de vínculos, baixa auto-estima, atrasos no desenvolvimento psicomotor e pouca familiaridade com rotinas familiares”.

Bowlby (1981; 1984) defende a ideia de que devido ao facto da criança estar numa Instituição e, por isso mesmo, existirem outras crianças, é-lhe mais difícil requerer do tempo, atenção e disponibilidade por parte do outro (e que tanto carece), dificultando a construção e o desenvolvimento de um vínculo mais seguro e de proximidade com os adultos e/ou cuidadores, na medida em que estes terão de prestar esses cuidados a tantas outras crianças acolhidas. Assim,

(...) crianças precocemente institucionalizadas, com uma trajectória quase sempre marcada pela interrupção de cuidados e pela alternância, muitas vezes caótica, de figuras de referência constituem um grupo de risco para o desenvolvimento de padrões inseguros de vinculação, padrões estes que quase sempre estão na base dos problemas de comportamento, tanto de nível internalizante como externalizante, frequentemente exibidos por esta população (Pinhel, Torres e Maia, 2009, p.512).

Estas situações e acontecimentos pautados pela ausência ou dúvida quanto à presença de uma figura de referência conduzem a criança a conceber o seu auto-conceito, ou seja, a construir a imagem do seu *self* (que tem de si mesmo).

Tendencialmente, a criança desenvolve, com regularidade, sentimentos de punição e auto-culpabilidade por acontecimentos pautados pelo fracasso (motivos internos e impossíveis de controlar) e atribuições externas (por exemplo, a sorte). Este tipo de atribuições reforça a vulnerabilidade emocional da criança e/ou jovem, na medida em que estes sujeitos institucionalizados vão acumulando o fracasso das relações sociais e desenvolvendo o sentimento de solidão (Trigo e Alberto, 2010).

O período do acolhimento institucional provoca na criança sentimentos conturbados, marcados pelo desalento, tristeza, angústia, medo e incerteza quanto ao futuro. Deste modo,

(...) uma criança terá maiores probabilidades de desenvolver uma representação positiva de si própria, na qual o *self* surge como valorizado e merecedor de cuidados, quando as suas necessidades de proximidade emocional, de protecção e de segurança estão preenchidas existindo, simultaneamente, suporte para uma exploração activa e autónoma do meio (Maia, Ferreira, Veríssimo, Santos & Shin, 2008, p.424).

Pelo contrário, quando a criança estabelece interações caracterizadas pela ausência da satisfação das suas necessidades, poderão construir modelos em que o *self* é visto como não desejado, concebendo a imagem dos outros como seres não disponíveis, desprezíveis e abusadores.

Vulgarmente se afirma que as representações que as crianças têm acerca dos progenitores alteram em função das condições de vida e das diferentes experiências dos sujeitos. Nesta sequência surge a questão de qual será, então, a representação que as crianças e jovens vítimas de maus-tratos terão face às suas figuras parentais?

A exposição a situações de abuso emocional e negligência infantil põem em causa a segurança na relação de vinculação, podendo vir a desencadear modelos desajustados da criança sobre si própria e sobre os outros (Wright, Crawford & Castillo, 2008).

A investigação tem comprovado que crianças vítimas de maus tratos ou expostas a situações de violência doméstica mais facilmente constroem representações mais negativas das relações (Toth, Cicchetti, Macfie, & Emde, 1997), representando os progenitores como mais agressivos (Herzberger, Potts, & Dillon, 1981).

A colocação de crianças e jovens em risco em Instituições – cuja intenção inicial é a proteção dos mesmos – seja proteção contra os maus-tratos, negligência e/ou outros tipos de problemáticas – leva ao paradoxo da institucionalização. Ou seja, se o objetivo do acolhimento é proteger a criança e/ou jovem em situação de risco potenciar-lhe condições de desenvolvimento e bem-estar que não são asseguradas no contexto familiar, a consequência pode ser o aumento dos danos nestas crianças e jovens já, por si, “sensibilizados, fragilizados e carenciados” (Alberto, 2003, p.229).

Alberto (2003, p.230) cita, pelo menos, quatro aspetos que estão “intimamente associados ao processo de institucionalização de crianças em risco, e que poderão ter implicações negativas nas mesmas”. São eles: o *sentimento de punição*; a *demissão/diminuição da responsabilização familiar*; a *estigmatização e discriminação social* e a função de *controlo social/reprodução das desigualdades sociais*.

Finalmente, e concordando com a autora (Alberto, 2003) consideramos que não chega só criar Instituições para lá colocar as crianças e jovens e deixá-las ao “abandono”. Sabemos que estas entidades não substituem a família mas é importante que haja um esforço conjunto para que se consiga estabelecer uma relação minimamente estável e de integração e cooperação entre a criança, a Instituição e a família. É importante não se esquecer de como deve ser difícil todo o percurso de uma criança institucionalizada: o que pensará acerca de todo o processo de institucionalização, como encarará o seu futuro,

como preverá o seu projeto de vida, e quais serão os sentimentos inerentes à família biológica... Não pensarão as crianças e jovens se não existirão alternativas à Instituição..."Vão-se as certezas e a tranquilidade, ficam as questões e a reflexão sem resposta..." (idem:242).

PARTE II – ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO

Capítulo 1 – Princípios Teórico-Metodológicos

1.1. Definição e Delimitação do Tema

Qualquer investigação tem como ponto de partida uma situação considerada como problemática, ou seja, algo que exige uma explicitação ou uma melhor compreensão do fenómeno constatado (Fortin, 1996). No caso da nossa investigação, consideramos que a institucionalização de crianças e jovens é um fenómeno com muita visibilidade social, confrontando-se, na atualidade, com desafios novos que exigem ser analisados e conceptualizados no sentido de repensar as dinâmicas de acolhimento.

O presente trabalho de investigação centrar-se-á na compreensão das representações e expectativas que crianças e jovens institucionalizados têm em relação à sua família biológica.

1.2. Tipo de Estudo: Investigação Qualitativa

A nossa opção em termos de paradigma recai na investigação qualitativa. Este tipo de investigação pressupõe: descrições detalhadas dos fenómenos e comportamentos; relatos na primeira pessoa sobre experiências ou vivências; excertos de documentos ou registos; gravações e/ou transcrições de entrevistas e relatos/discursos; dados com maior riqueza em detalhes, pormenores em profundidade; interação entre indivíduos, grupos ou organizações (Patton, 1990; Glazier, 1992). Deste modo, a investigação qualitativa permite analisar o contexto para um melhor entendimento do fenómeno, isto é,

a busca da globalidade e da compreensão dos fenómenos, ou seja, um enfoque de análise de cariz indutivo, holístico e idiográfico. Por outras palavras, estuda-se a realidade sem a fragmentar e sem a descontextualizar, ao mesmo tempo que se parte sobretudo dos próprios dados, e não de teorias prévias, para os compreender ou explicar (método indutivo) e se situa mais nas peculiaridades do que na obtenção de leis gerais (Almeida & Freire, 2008, p.111).

1.2.1. Design da investigação: Estudo de Caso

Yin (2001, p.23) define o estudo de caso como uma “pesquisa empírica que investiga um fenómeno contemporâneo dentro do seu contexto da vida real, em situações em que os limites entre os contextos e o fenómeno não são claramente definidos”.

O objeto do estudo de caso é a análise profunda de uma unidade de estudo. Na perspectiva de Godoy (1995), o estudo de caso procura o exame detalhado de um ambiente, sujeito, ou situação em concreto.

O estudo de caso tem como finalidade uma vertente holística, isto é, tenta compreender e analisar o fenómeno no seu todo. Para que tal suceda, o investigador, analisará a situação, detalhadamente, no próprio contexto em que acontece, apoiando-se em vários métodos de recolha de informação, como são o caso das entrevistas, observações, análise de documentos, registos, notas de campo, desenhos, fotografias, registos audiovisuais e testemunhos na primeira pessoa, não sendo necessário socorrer-se de outros métodos (Gomez, Flores & Gimenez, 1996; Punch, 1998; Yin, 2001).

1.3. Objetivos da Investigação

O presente estudo pretende compreender as representações e expetativas das crianças e jovens institucionalizadas face à sua família biológica. Para tal, apresentamos como objetivos os seguintes:

- Compreender as representações que as crianças e jovens têm acerca da família e da Instituição;
- Compreender que tipos de expetativas prevalecem em relação à família biológica;
- Compreender se é atribuída importância aos direitos das crianças e jovens institucionalizados e de que modo isto se verifica;
- Compreender qual o significado das crianças e jovens institucionalizadas face à sua situação de acolhimento institucional;
- Analisar as relações das crianças e jovens institucionalizadas com a sua família de origem;
- Analisar as expetativas das crianças e jovens relativamente ao seu futuro / projeto de vida.

Capítulo 2 – Procedimentos Metodológicos

2.1. A Entrada no Terreno

Num primeiro contacto, a investigadora dirigiu-se presencialmente à Instituição solicitando um encontro com a Diretora Técnica. Após esta conversa informal, procedeu-se à formalização² do pedido de colaboração na investigação por parte da Instituição. Neste pedido de colaboração estavam explícitos os objetivos, a problemática em estudo e os procedimentos metodológicos.

Tendo sido o parecer favorável, calendarizaram-se mais duas reuniões para se definirem questões relacionadas com a organização do espaço, estratégias de intervenção, procedimentos e *timings*. Seguidamente, calendarizaram-se as primeiras entrevistas. De referir que as entrevistas com as famílias e Equipa Técnica ocorreram depois das realizadas com as crianças e jovens.

2.2. Caracterização do Contexto

A entidade que colaborou no presente estudo é um Lar de Infância e Juventude (LIJ) e Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS) que acolhe crianças e jovens com idades compreendidas entre os 7 e 18 anos do género masculino. Fica situada no distrito de Bragança.

A Instituição tem como objetivo apoiar crianças e jovens que se encontram privadas do meio familiar adequado, “de acordo com os princípios e orientações da Igreja Católica e as normas nacionais e internacionais do direito das crianças” (informação recolhida junto da Instituição).

Atualmente acolhe 31 crianças e jovens tendo capacidade para 48 vagas. As crianças e jovens acolhidas são encaminhadas para a Instituição através de acordos com o núcleo da Segurança Social, que por sua vez recebe informação prévia ou do Tribunal ou da CPCJ.

O LIJ tem como colaboradores a Equipa Técnica (Psicólogos, Educadores Sociais e Técnicos de Serviço Social) e a Equipa Educativa (pessoal auxiliar).

Uma outra valência desta Instituição é trabalhar no âmbito da autonomização dos jovens (apartamentos de autonomia) e com o Projeto Escolhas.

A Instituição funciona em regime aberto: as crianças e os jovens frequentam a escola sita de acordo com a sua localização geográfica e interesses escolares. Para além

² Ver anexo I

disto, as crianças e jovens frequentam outras atividades extra-curriculares como desporto (futebol, natação) e de catequese.

2.3. Amostra: Caracterização dos Participantes

Esta investigação tem como amostra crianças e jovens institucionalizadas com idades compreendidas entre os 7 e os 17 anos (método da amostra: não probabilístico – conveniência - a seleção da amostra é deixada a cargo do investigador, selecionando os casos que lhe são convenientes). Não foi escolhido nenhum número em concreto de participantes nem estabelecida uma prioridade de sujeitos em função da idade.

Após reunião com a Diretora Técnica ficou estabelecido que a proposta de investigação seria apresentada a todas as crianças e jovens em regime de institucionalização (número total de 24; 7 estão com a medida de autonomização, razão pelo qual não fizeram parte desta amostra).

Do total das 24 crianças e jovens acolhidos, aceitaram participar 20. Os restantes quatro: dois estiveram com a investigadora e disseram não querer participar; um recusou o contacto com a investigadora; e o outro, embora ainda se tenha iniciado a entrevista, acabou por não se concretizar na medida em que a criança disse não querer falar da família chegando mesmo a chorar quando se iniciaram as questões relativamente a essa. Neste sentido, considerou-se anular esta entrevista, uma vez que foi interrompida, salvaguardando o bem-estar emocional desta criança de 9 anos.

Os vinte participantes tinham idades distribuídas da seguinte forma:

Idade dos Participantes	Total
9	1
10	3
11	2
13	2
14	5
15	4
16	2
17	1

Quadro 1: Idade dos Participantes

Através das entrevistas realizadas com alguns membros da Equipa Técnica e através de reuniões com a Técnica de Serviço Social (através da análise dos processos individuais de cada criança e jovem), pudemos reunir algumas informações que nos

permitem caracterizar, com mais detalhe, a nossa amostra. Apresentamos essa informação em seguida.

2.3.1. Motivo / causa da institucionalização

As principais causas que conduziram ao acolhimento institucional destas crianças e jovens prendem-se com a ausência de competências parentais, nomeadamente a falta de prestação de cuidados básicos de saúde e higiene (negligência); exposição a modelos de comportamento desviante (alcooolismo, toxicodependência e prostituição); abandono escolar; comportamentos desviantes do próprio jovem; maus-tratos psicológicos e abandono por parte de um dos progenitores. Acresce a estas situações, que grande parte dos progenitores e/ou familiares com quem as crianças e jovens mantêm contacto, se encontra numa situação de desemprego de longa duração e com carência de condições de habitabilidade e económico-financeiras.

Há ainda que referir um dado pertinente: metade dos participantes já esteve noutros contextos institucionais, evidenciando-se que, em oito casos estão desde tenra idade. Dois dos jovens participantes estão acolhidos há menos de um mês (aquando da realização das entrevistas).

Uma outra consideração tem que ver com o facto de alguns dos jovens pertencerem a fratrias, havendo quatro casos de fratrias de dois irmãos.

Com exceção de um jovem de 14 anos, todos os participantes têm a sua família no distrito a que pertence a Instituição.

2.3.2. Relação com a família

Segundo as mesmas fontes pode verificar-se que todos os participantes mantêm contacto com as suas famílias biológicas, sendo, em grande número, representadas pelos progenitores (17 casos) e avó (3 casos). Os contactos entre estas crianças e jovens e as suas famílias são mantidos da seguinte forma:

Participantes	Ida a casa todos os fins-de-semana e férias	Ida a casa de 15 em 15 dias e férias	Ida a casa 1x/mês e férias	Ida a casa só nas férias
7	X			
3		X		
9			X	
1				X

Quadro 2: Contactos Presencias das Crianças e Jovens com as suas Famílias

Uma nota apenas para o caso do jovem que apenas mantém contacto com a sua família no período das férias escolares. Tal sucede porque a sua família se encontra a residir no distrito de Lisboa, e, dadas as condições geográficas seria difícil manter contactos mais periódicos.

Segundo informação recolhida junto da Equipa Técnica, praticamente todos os jovens que não podem ir a casa todos os fins-de-semana, discordam de tal decisão, culpabilizando não só a Instituição como a Segurança Social. Afirmam não compreender o porquê de não irem a casa e estarem com a sua família, dado que já estão a semana toda na Instituição.

Outra constatação pertinente é que apenas 3 famílias residem na localidade da Instituição, estando as restantes distribuídas por aldeias próximas ou aldeias e vilas mais distantes (por exemplo a 90km de distância).

Para além dos contactos presenciais também se verificam contactos telefónicos e sempre que é possível às famílias, também ocorrem visitas em contexto institucional.

No que concerne ao tipo de relação existente entre as crianças e jovens e as suas famílias, constata-se uma relação de bastante proximidade. Salvo a situação de um jovem de 15 anos que rejeita, sempre que lhe é possível, o contacto com a família (por exemplo não manter contactos telefónicos ou idas aos fins-de-semana) todos os outros gostam de manter a relação, sendo esta pautada por sentimentos de amor, carinho e respeito. Constata-se, igualmente, que na maioria dos casos, as crianças e jovens demonstram grande ansiedade perante a chegada dos fins-de-semana e do período das férias escolares só para poderem estar com as suas famílias.

Como figura de referência destas crianças e jovens surgem a figura da mãe, da avó e do pai. Contudo, também existem alguns casos em que a progenitora abandonou os filhos a cargo de outros seja o pai, avós ou mesmo à Instituição.

Um dado curioso é a preocupação constante que estas crianças e jovens assumem face às suas famílias, nomeadamente aqueles que, na fase pré-institucionalização, residiam com as avós. As preocupações assumidas são, não só referentes ao estado económico e financeiro da família, mas também preocupações a nível de saúde e bem-estar físico e mental.

2.4. Princípios Éticos na Investigação

O conceito de ética, bastante vulgarizado no senso comum, faz-nos refletir numa série de atitudes e comportamentos que respeitem os valores morais e pessoais de cada indivíduo, isto é, o respeito pela singularidade de cada um de nós.

Ora, num tipo de investigação que envolve crianças e jovens, os princípios éticos não poderiam ser desprezados nem colocados de parte aquando da recolha dos dados.

Encarar as crianças como atores sociais implica, necessariamente, considerar

(...) as metodologias participativas com crianças como um recurso metodológico importante, no sentido de atribuir aos mais jovens o estatuto de sujeitos de conhecimento, e não de simples objecto, instituindo formas colaborativas de construção do conhecimento nas ciências sociais que se articulam com modos de produção do saber empenhados na transformação social e na extensão dos direitos sociais (Soares; Sarmiento & Tomás, 2005, p.54).

Tal como está descrito no Artigo 12 da Convenção dos Direitos da Criança, a criança, em função do seu desenvolvimento etário, deverá poder expressar a sua opinião de forma livre, e, conseqüentemente, ter o direito a ser ouvida em assuntos que com ela se relacionem.

No nosso país, e sobretudo, ao longo destas últimas duas décadas, tem vindo a assistir-se a um significativo interesse pelas questões metodológicas e éticas na investigação que envolve crianças (Ferreira, 2002; Soares, Sarmiento & Tomás, 2005; Soares, 2006; Ferreira & Sarmiento, 2008; Tomás, 2007, 2008; Sarmiento, 2008; Fernandes, 2009), pondo a tónica na

(...) consideração da criança enquanto agente social competente; como produtora de cultura própria, com formas de interpretar o mundo, de agir e de pensar e de sentir; capaz de discursar acerca da sua acção e de a representar de diferentes formas (as linguagens múltiplas das crianças); que é estudada pelo que já que é e pelo que já sabe fazer e não por aquilo que ainda não é ou ainda não faz (Fernandes & Tomás, 2011, p.3).

No trabalho com este grupo geracional há algumas particularidades que devem ser consideradas, como o “(...) respeito pela privacidade da criança e a obrigação do atendimento do seu consentimento ou da recusa em participar na investigação” (Soares; Sarmiento & Tomás, 2005, p.56). Por outras palavras, a criança deverá manifestar a sua vontade, ou não, em participar livremente na investigação, e quando decide participar, devem ser tidas em conta as suas verdadeiras opiniões e relatos, e não esperar ou “provocar” determinado parecer que vá de encontro às representações e ideais do investigador.

Não menos importante é a idade e o tipo de relação que se estabelece entre o investigador e o investigado. Mesmo que conscientemente não nos apercebamos, num tipo de investigação com crianças, acaba por existir uma relação assimétrica pautada pelo poder e pelo estatuto que o investigador assume. Assim, “(...) a forma como o adulto assume o controlo dos processos nas relações com as crianças e jovens reveladora de relações de poder desiguais, ela é replicada/duplicada nos processos de investigação” (Fernandes & Tomás, 2011, p.9).

De acordo com as autoras Fernandes & Tomás (2011) é importante que as crianças estejam cientes (logo no início na investigação) de qual vai ser o seu papel em toda a investigação e que saibam quais os objetivos da investigação, a duração da mesma, métodos e técnicas que vão ser utilizados, qual a sua interferência na construção do conhecimento, é fundamental que as crianças tenham o direito de se expressar livremente, não estando sujeitas a outro tipo de considerações ou constrangimentos, podendo abandonar a investigação se assim o desejarem.

A investigação deverá assumir-se como uma etapa que engloba duas vertentes: uma realidade *participada e partilhada* (Soares, Sarmiento & Tomás, 2005).

Na investigação onde a criança é um sujeito ativo e participativo na construção do conhecimento existem considerações éticas e metodológicas imprescindíveis. Neste âmbito, surge uma dimensão de especial importância: o *consentimento informado*. Este é o momento em que é explicado à criança o seu envolvimento e participação na investigação e, de igual modo, solicitado o seu consentimento e/ou autorização, salvaguardando, também, a sua confidencialidade e privacidade (Soares, 2006).

Uma outra consideração prende-se “(...) com as decisões do investigador-adulto, relativamente à forma como lida com episódios paralelos à investigação, nomeadamente, com confidências que as crianças possam fazer ao investigador, as quais poderão ser reveladoras de situações de risco para as crianças confidentes ou outras” (idem:34). Assim,

e concordando com a autora (Soares, 2006) toda a informação que se possa recolher através de condutas, posturas e sentimentos não deve ser desconsiderada ou inválida: pode funcionar como um apoio na investigação, desde que para isso, sejam respeitados os interesses da criança e o processo não apresente efeitos adulterados que possam comprometer a investigação.

De um modo geral, e em síntese, pode afirmar-se que numa investigação com crianças é essencial

considerar as crianças como actores ou parceiros de investigação e a infância como objecto de investigação por seu próprio direito, encarar e respeitar as crianças como pessoas e abandonar as concepções conservadoras e ancestrais de exercício do poder e tutela do adulto sobre a criança, para que lhe seja restituída a voz e a visibilidade enquanto actores sociais, são atitudes essenciais na construção de uma ética de investigação com crianças, que é afinal mais um processo de construção da cidadania da infância (Soares, 2006, p.32).

2.4.1. Consentimento informado

Após reunião com a Diretora Técnica do LIJ ficou decidido que a realização das entrevistas individuais ia decorrer mediante o horário escolar das crianças e jovens e da sua disponibilidade. Ficou também decidido, para uma melhor dinâmica e funcionamento da Instituição, que seria a Técnica de Serviço Social, a calendarizar as sessões das entrevistas. Isto é, para cada dia, programar-se-iam as entrevistas em função das crianças e jovens que se encontravam na Instituição. A Técnica de Serviço Social ficou encarregue de os informar sobre o horário em que estariam com a investigadora.

Num primeiro contacto, a investigadora reuniu com um grupo de quatro crianças, onde lhes foi explicada a investigação e solicitada a sua participação. Com os restantes jovens não houve este primeiro contacto pelo facto de a Instituição não considerar pertinente. Assim sendo, quando cada criança ou jovem ia ter com a investigadora, esta começava por se apresentar e, também apresentar a investigação. Informou, de igual modo, que teria interesse em gravar a entrevista, passando de imediato à sua autorização. Assim, cada um deles foi dizendo se queria ou não colaborar e se autorizava, ou não, a gravação da entrevista, mediante as suas respostas, iniciou-se o processo de investigação.

2.5. As Técnicas utilizadas na Recolha de Dados

As técnicas utilizadas para a recolha de informação foram a entrevista e a observação.

A entrevista permite “(...) abrir pistas de reflexão, alargar e precisar os horizontes de leitura, tomar consciência das dimensões e dos aspectos de um dado problema, nos quais o investigador não teria decerto pensado espontaneamente” (Quivy & Champenhoudt, 1998, p.79). Desta forma, a entrevista não coloca entraves na maneira do entrevistado se exprimir, não tem tempos definidos nem conduz a respostas pré definidas, tornando-se, por seu lado, uma técnica que permite ao interlocutor “exprimir a sua vivência ou a percepção que tem o problema que interessa ao investigador” (idem:80). Algumas das vantagens do uso da entrevista podem ser ao nível do interesse na ótica do entrevistado, realçar a matéria que o entrevistador considera pertinente, possibilidade de serem colocadas várias questões de um determinado assunto (para melhor esclarecimento e interpretação), o facto de se poder realizar em mais do que uma sessão e, ainda, a vantagem de não ter que se seguir uma ordem sequencial, permitindo ao entrevistador aperfeiçoar, detalhar e enriquecer as respostas dadas pelo entrevistado (Bryman, 2004).

A observação, por sua vez, permite a captação da realidade, *in loco e in situ*, mediante um contacto (direto e prolongado) do investigador com os sujeitos no contexto da sua ação e mediante a utilização de instrumentos apropriados. Este modo de recolha de dados revela-se bastante rico ao permitir captar comportamentos e reações espontâneas e perceber, através da comunicação por linguagem analógica, informação que não é comunicada digitalmente. A observação direta

é aquela em que o próprio investigador procede directamente à recolha das informações, sem se dirigir aos sujeitos interessados. Apela directamente ao seu sentido de observação (...). Neste caso, a observação incide sobre todos os indicadores pertinentes previstos. Tem como suporte um guia de observação que é construído a partir destes indicadores e que designa os comportamentos a observar mas o investigador regista directamente as informações. Os sujeitos observados não intervêm na produção da informação procurada. Esta é manifesta e recolhida directamente neles pelo observador (Quivy & Champenhoudt, 1998, p.164).

Este método de investigação social capta os comportamentos dos atores no momento em que eles se produzem a si mesmos, sem a mediação de um documento ou de um testemunho.

2.5.1. As entrevistas

O tipo de entrevista assumido foi a entrevista aberta. Este tipo de entrevista concede liberdade ao investigador para ordenar e reformular itens e perguntas no decorrer da mesma. Na presente investigação tentou-se acautelar um conjunto de princípios tais como: neutralidade nas questões não deixando transparecer a opinião pessoal; aprofundamento, sempre que necessário e pertinente; e respeito pela forma e tipo de respostas dadas.

Foram realizadas 20 entrevistas com crianças e jovens; 3 com membros da Equipa Técnica e 3 com famílias³. As mesmas foram realizadas individualmente com uma duração média de 30 minutos para com as crianças, jovens e Equipa Técnica e 50 a 60 minutos com as famílias.

Todos os envolvidos nas entrevistas aceitaram gravar as mesmas à exceção de um elemento da Equipa Técnica que optou por não autorizar a gravação da entrevista, permitindo apenas o apontamento de notas.

No início das entrevistas foi solicitado a cada criança e jovem que desenhasse a sua família. Grande parte concordou em realizar o desenho. Assim, através deste iam falando mais descontraidamente sobre a sua família (por exemplo, através da explicação de quem estavam a desenhar).

³ Ver guiões nos anexos II; III; IV

PARTE III – ESTUDO EMPÍRICO: APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS



Desenho 1 – Representação da Família Biológica (Nuno, 10 anos)

Capítulo 1 – Análise de Conteúdo

A análise de conteúdo é “um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objectivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens” (Bardin, 1977, p.42).

Na presente investigação será realizada uma análise de conteúdo categorial. Este tipo de análise é usual nos trabalhos das áreas das ciências sociais.

As categorias podem funcionar como instrumentos que facilitam a construção do conhecimento. Deste modo, e na presente investigação, a construção das mesmas ocorreu após informação recolhida junto dos participantes através das entrevistas e notas de campo.

Seguidamente são apresentadas as categorias que resultaram da análise e interpretação do material empírico recolhido.

1.1. Representações das Crianças e Jovens

1.1.1. Representação da família (relações e expetativas)

Pretende-se, nesta fase, apresentar as reflexões que as crianças e jovens manifestam quando interpeladas face à representação da família, nomeadamente ao tipo de relação que têm estabelecida e às expetativas.

Convém, ressaltar que os nomes aqui apresentados são fictícios, na medida em que se pretende salvaguardar a identidade e intimidade de cada um dos intervenientes. As idades correspondem às reais. De salientar, ainda, que os nomes mencionados nos relatos das crianças e jovens, também são fictícios dado que se pretende manter o anonimato dos Técnicos em causa.

Pelas narrativas dos entrevistados, ficou clara a representação que têm acerca da família. Ora vejamos,

A família é o mais importante de tudo. (...) Dou-me muito bem com a minha mãe. (André, 10 anos)

É importante. Crescer sem conhecer a família era chato ... Um dia mais tarde queria saber quem eram os meus pais. (José, 13 anos)

Gosto (da família). Não gosto de viver em Instituições. (Nuno, 10 anos)

A família é o meu apoio. (Martim, 13 anos)

A família é a coisa mais importante. São as pessoas mais importantes. (Alexandre, 14 anos)

A minha avó já tem 80 anos e precisa de ajuda. (Filipe, 14 anos)

Nesta categoria, e através dos vários relatos, é clara a ideia da importância que a família assume na vida destas crianças e jovens.

Ainda que para alguns dos entrevistados tenha sido difícil conceber uma representação da família, a ideia comum a todos eles, é que a família se assemelha a um porto seguro, do qual não querem perder o vínculo e apoio.

Repare-se que já Bronfenbrenner (1996), através do Modelo Ecológico, referenciava a família como um contributo importante e fundamental no desenvolvimento da criança, assumindo-se como uma unidade funcional, ou seja, um microsistema. Neste microsistema vivenciam-se relações estáveis, de reciprocidade e equilibradas quanto aos papéis assumidos pelos diferentes membros. A família assume, deste modo, várias funções e papéis, consoante o poder e estatuto de cada elemento.

Palácios e Rodrigo (1998) também partilham a ideia de que a família pode ser encarada como um sistema que atua através de padrões transacionais: sistema ecológico e sistémico onde é possível encontrar relações interpessoais, sendo estas a base do desenvolvimento e socialização.

Neste sentido, facilmente se compreende a importância das crianças assumirem representações e expectativas positivas face à família, pois

(...) mesmo quando em presença de cenários de maus tratos, ou da percepção de negligência parental, seja ela de qualquer ordem, percebe-se que para os jovens, o estar inserido num seio familiar é de alguma forma um factor de organização interna e de protecção (Mota & Matos, 2010, p.245).

1.1.2. Representação da Instituição (articulação com técnicos e colegas institucionalizados)

Nesta categoria tenta perceber-se a relação que é tida, ou não, com os Técnicos e com as restantes crianças e jovens institucionalizados.

Em relação aos Técnicos parece haver discórdia nas opiniões:

Não. Eu estou bem, não preciso de falar com ninguém. (Joaquim, 16 anos)

Com a Dra. Carla falo às vezes. (Gustavo, 10 anos)

Às vezes falo com a Dra. Carla, quando ela me chama. (Rodrigo, 14 anos)

Não, não gosto de falar nisso com ninguém. (Alexandre, 14 anos)

Gosto de falar com a Dra. Carla. (...) Às vezes pergunto-lhe porque estou cá. (José, 13 anos)

Ao contrário da relação com os colegas, e à exceção da Psicóloga, a relação com os Técnicos parece inexistente ou distante. Repare-se que as crianças referem uma maior abertura quanto à procura de contacto com os Técnicos do que os jovens e adolescentes. Um dado curioso nesta categoria prende-se com o facto de as crianças e jovens que estão institucionalizados há mais tempo assumirem uma postura de “desinteresse” quanto à figura do adulto.

Yunes, Miranda e Cuello (2004) apresentam a ideia de que quando as Instituições dispõem de um quadro de pessoal bastante restrito pode afetar e condicionar o tipo de relações existentes entre a criança/jovem e o adulto, na medida em que, frequentemente, aspetos relacionados com o campo psicológico e emocional da criança/jovem são deixados para segundo plano, dando-se especial atenção aos aspetos de ordem mais física como os cuidados de higiene ou alimentação. Carvalho (2002) comunga da mesma ideia, reforçando que, por vezes, o absentismo, a rotatividade de funcionários e a desproporcionalidade existente entre o número de crianças e jovens e funcionários, parecem colocar entraves na formação de vínculos seguros e estáveis.

Relativamente às restantes crianças e jovens na Instituição, as opiniões são as seguintes,

Ele (referindo-se a outro menino) é como um irmão para mim (...) gosto muito dele. (Nuno, 10 anos)

No início foi mau... eles (meninos) chateavam-me muito ... agora já nem tanto. (Miguel, 14 anos)

Aqui até é ... temos muitos amigos, não é... e até é fixe. (Paulo, 14 anos)

Na relação entre os colegas parece vigorar uma relação de proximidade e empatia, pautada por algum companheirismo e partilha de sentimentos e vivências, situação que parece ir de encontro ao apresentado por Mota e Matos (2010, p.246) “(...) o grupo de pares representa para o jovem uma importante fonte de apoio e compreensão, no entanto estas relações mostram-se, em alguns casos, demasiado lábeis”. Os pares apresentam-se como um importante contributo na aquisição de competências, resolução de conflitos e dificuldades e de manutenção de relações próximas.

1.1.3. Motivos que conduziram ao acolhimento institucional

Nesta categoria procurou-se compreender de que forma as crianças e jovens estão informadas relativamente à sua medida de acolhimento.

Sei ... foi a minha avó que me pôs cá porque andava com más companhias. (Joaquim, 16 anos)

A primeira vez foi porque a minha mãe tinha dificuldades económicas, estava desempregada e não tinha muito dinheiro. (Alexandre, 14 anos)

Explicaram-me mas não percebi. Era à noite e já tinha sono. (Nuno, 10 anos)

Oh, já estou aqui há tanto tempo que depois já nem tenho curiosidade. (Gustavo, 10 anos)

Não sei (...) já perguntei mas não me disseram. (Vitor, 15 anos)

Por questões financeiras e (...) por causa do meu pai. (Jorge, 17 anos)

Conhece a Dra. Maria? A da Segurança Social? (...) Hoje via-a. Estive para lhe acertar com uma bola de neve nos cornos. (...) É a Dra. Que me trouxe para aqui. Eu vejo-a muitas vezes porque a minha escola é em frente à Segurança Social. Tenho sempre vontade de lhe dar um tiro. (...) Sabe o que me fez? (...) Foi-me buscar à escola e trouxe-me para cá. Quando chegamos aqui ainda se vira para mim e diz-me assim: tu esperas aqui na carrinha enquanto eu vou tomar um café. Ainda por cima, foi-me buscar à força e depois ainda me diz para esperar, também quando ela saiu dei um murro no vidro, quase o parti. (...) É... vai-me assim buscar, nem a conhecia e depois ainda me diz que tenho de esperar. (Carlos, 11 anos)

Vim porque os meus pais discutiam. (...) Eu também faltava às aulas e a casa estava desarrumada. (Rui, 15 anos)

Não sei (...) Eu até era para ser adotado. (André, 10 anos)

Não sei porque estou cá. (Miguel, 14 anos)

Os meus pais separaram-se. (pausa) Também me portava mal e não lhe obedecia. (Duarte, 16 anos)

Na presente categoria parecem existir três posturas predominantes: a) a criança não sabe (ou porque não quer saber ou porque nunca ninguém lhe explicou); b) a criança foi afastada por dificuldades económico-financeiras; c) a criança auto-culpabiliza-se (nomeadamente ausência de frequência escolar e influência do grupo de pares).

De acordo com o Dec. Lei n.º 147/99 de 1 de Setembro (artigo 3), o acolhimento institucional acontece quando a criança não vê assegurados os requisitos que promovam a sua proteção e salvaguardem os seus direitos, como o direito à educação, saúde e segurança. Neste sentido, é obrigação do Estado intervir de modo a prestar-lhes o auxílio necessário. No entanto, convém refletir nas respostas das crianças e jovens que não assumem o porquê da sua institucionalização. Na verdade, e segundo os artigos 12 e 13 da CDC, a criança tem direito a manifestar a sua opinião, a dar o seu parecer, e consequentemente, a ser informada quanto à sua situação social. Desta feita, era importante que a todas as crianças e jovens fosse explicado o motivo, as causas que os conduziram ao acolhimento institucional, pois também assim, elas seriam parte integrante e colaborativa no processo de desinstitucionalização. Isto é, “quando se parte para a decisão de retirada da criança da sua família, há que explicar à criança, e também à família, o porquê dessa decisão” (Gomes, 2010, p.79).

1.1.4. Expetativas em relação ao Futuro

Nesta categoria, e à exceção de dois jovens, houve consenso nas respostas. Todos parecem ansiar sair da Instituição e voltar a casa.

Saía já. Ia para a minha tia (...) não ia para a minha mãe por causa do namorado. (Filipe, 14 anos)

Acho que fico muito tempo. Os meus pais não têm condições. O meu pai bebe aguardente e pode pegar fogo. (Nuno, 10 anos)

*Se o meu irmão estiver cá não me importo de ficar, se ele se for embora também queria sair. (...)
Quero ir para casa. (Joaquim, 16 anos)*

Acho que não fico cá muito tempo. (...) Gostava de sair para ir viver com o meu pai. (Marco, 15 anos)

Ia-me já embora, nem levava as minhas coisas. (...) Ia para casa. (Carlos 11, anos)

Não, não penso voltar para lá (casa dos pais). Aos 18 vou para a tropa e depois quero arranjar um trabalho. (Leonardo, 15 anos)

Queria continuar cá até acabar a escola. (Paulo, 14 anos)

Já lhes disse que quero sair (...) quero estar ao pé da minha avó. (Martim, 13 anos)

Eu preferia estar em casa mas compreendo porque estou numa Instituição. Se pudesse voltar para casa ia portar-me bem. (Alexandre, 14 anos)

Se pudesse saía já. Ia para ao pé do meu pai. (Duarte, 16 anos)

Entrevistado: Acho que ainda vou voltar para casa.

Entrevistadora: E achas que isso ainda vai demorar muito tempo?

Entrevistado: Demora.

Entrevistadora: Porque é que achas que vai demorar?

Entrevistado: Porque eu já devia estar em casa antes dos 14 anos.

Entrevistadora: Quem é que te disse?

Entrevistado: Digo-lho eu. Ninguém me disse, digo eu.

Entrevistadora: Então porque é que achas que devias ir para casa antes dos 14 anos?

Entrevistado: Porque eu gostava de estar ao pé da minha mãe.

Entrevistadora: Então tu agora já tens 14, quando é que achas que podes voltar para casa?

Entrevistado: Aos 18 agora.

Entrevistadora: Achas que só aos 18?

Entrevistado: Só.

Entrevistadora: Porque é que não podes ir antes?

Entrevistado: Olhe porque foi assim que disse o Dr. Manuel. (Miguel, 14 anos)

Quanto às “expetativas em relação ao futuro” parecem predominar duas conceções: por um lado, a ideia de querer sair imediatamente da Instituição, por outro lado, a ideia de concluir os estudos e só depois sair. Contudo, esta segunda conceção surge apenas em narrativas de três jovens. Convém, todavia, explicar estas situações. Segundo se pôde apurar junto da Equipa Técnica e através dos processos individuais, constatou-se que os jovens que assumiram esses discursos são jovens que vivenciam uma fase difícil quanto à

relação com a família. Um deles, de origem de etnia cigana, parece querer renunciar às suas origens, sentindo alguma “vergonha” e preconceito. Por exemplo, durante a entrevista, quando foi questionado sobre quando e quantas vezes ia a casa a resposta foi a seguinte “vou quando me apetece (...) sabe como é, tenho cá a minha namorada e tenho de estar com ela (...) tenho que aproveitar os fins-de-semana (...) não, não anda na minha escola, por isso prefiro estar com ela do que ir a casa”. Parece, pelo relato deste jovem, haver algum desconforto quando se aborda a questão da família. As outras situações resultam de jovens oriundos de famílias muito carenciadas, e que parecem ter gravado no pensamento e no seu ideal a busca de melhores condições de vida, e que tal só vai ocorrer se conseguirem concluir os estudos e depois iniciarem uma atividade profissional.

Ora, esta categoria remete-nos, novamente, para a questão da família. Assim, e de acordo com a perspectiva de Gomes (2010, p.55) “a família desempenha uma função fundamental que é importante valorizar, nomeadamente a função educativa e de socialização nas diferentes fases de desenvolvimento da criança”.

A família tem sido consensualmente encarada como o primeiro contexto de vida da criança. É neste sentido, que as aquisições, representações e expectativas que a criança vai criar e desenvolver sobre a sua família vão ter um “(...) papel determinante na interpretação que a criança faz acerca do que se passa à sua volta, nas expectativas que constrói face aos outros e às situações sociais e, muito provavelmente, na forma como interage socialmente” (Cruz, Custódio & Alves, 2010, p.28).

A família, para a criança, representa um conjunto de pessoas com significados próprios, cujos elementos assumem funções de apoio, socialização, aquisição de regras, normal, valores, condutas fundamentais à vida em sociedade, desempenhando, de igual modo, um papel fulcral e de elevado impacto na vida da criança, dado que é nela que se encontra a afetividade e sentimentos de pertença e segurança (Sampaio & Gameiro, 1998).

1.1.5. Participação da criança / jovem nas tomadas de decisão

Neste item tentou compreender-se como participam, ou não, as crianças e jovens nas tomadas de decisão referentes à definição do seu projeto de vida. Assim obtiveram-se as seguintes respostas:

Quando fui ao Tribunal atirei com as cadeiras todas ... não queria deixar a minha avó. (...) No Tribunal não me deixaram falar, mas também atirei com tudo o que me apareceu à frente. (Filipe, 14 anos)

Não gosto de ninguém daqui. (...) Estão sempre a chatear-me ... é chunga. (...) Não falo com ninguém sobre mim, não gosto. (...) Então eles é que decidem por mim, não devia ser assim, não é? Deviam ouvir a minha opinião. (...) Não gosto de ninguém, não me perguntam nada eles é que pensam que podem decidir o que querem mas qualquer dia ponho-me a andar e nunca mais sabem de mim. (Duarte, 16 anos)

Já disse à CPCJ que gosto de estar aqui. (Marco, 15 anos)

Não, eu gosto de dar a minha opinião. (...)

Entrevistadora: E se agora pudesses ir ao Juiz o que é que lhe dizias?

Entrevistado: Hum, não adiantava nada.

Entrevistadora: Porque é que não adiantava?

Entrevistado: Se eu dissesse para sair não é... (pausa)

Entrevistadora: Achas que se tu lhe dissesse que queres sair, ele te dizia que não?

Entrevistado: Oh ... dizia que não.

Entrevistadora: Porquê?

Entrevistado: Ia dizer porque... a minha mãe ainda não está recuperada.

Entrevistadora: E tu concordas com isso?

Entrevistado: Oh... eu queria estar com a minha família, não é, mas (pausa)

Entrevistadora: Querias estar em casa com a tua família é?

Entrevistado: É, mas ... (Gustavo, 10 anos)

Não. Nunca me perguntaram nada. (Rodrigo, 14 anos)

Não me perguntam a minha opinião, quer dizer pedem-me para falar mas não vale a pena meter mais confusão. (...) Não critico a opinião dos outros, eles pensam no que é melhor para mim. (Marco, 15 anos)

Eu concordo em estar cá. (...) Nunca falo com ninguém sobre isso. (Jorge, 17 anos)

Já fui ao Tribunal a Vila Flor. (...) Disse que queria ir para a minha mãe. (...) A juíza disse que era difícil ir para a minha mãe porque ela não tem condições. (...) (a Juíza) Tem razão. É um bocadinho injusto porque me tiraram de casa mas percebo porque estou aqui, não tinha condições. (José, 13 anos)

Às vezes falo com eles (Técnicos). Se forem coisas boas gosto de falar se não, não. (...) As coisas más? Se me perguntarem tipo ... se falarem mal da minha mãe e me começarem a fazer perguntas eu não respondo. (Nélson, 11 anos)

Relativamente a esta categoria parece haver algum consenso nas respostas dadas. Assim, e segundo, as vozes das crianças e jovens, poucos ou nenhuns foram aqueles que,

na verdade, participaram nas tomadas de decisão que a eles dizem respeito, como a definição do seu projeto de vida. Por outro lado, quando nos referimos à participação destas crianças e jovens, automaticamente, foi assumido pelos entrevistados o facto de poderem ter falado em Tribunal ou na CPCJ. Ainda que alguns tenham dito que já participaram em audiências nos Tribunais ou em reuniões com Técnicos da CPCJ ou da própria Instituição, parece não lhes ter sido dada ou atribuído qualquer valor às suas vozes.

Mais uma vez, convém reforçar os pressupostos evidenciados na CDC: esta reconhece a importância que deve ser atribuída aos discursos da criança, o direito a formar e exprimir livremente as suas opiniões, a participar ativamente nos processos decisivos sobre temáticas que com ela tenham que ver. Nesta medida, a criança não deve ser vista como um futuro sujeito de direitos, mas sim como um elemento fundamental na construção de uma sociedade mais justa e igualitária de direitos no presente.

Na CDC estão expressos, entre outros, o direito à informação. A título de exemplo apresenta-se o artigo 7.º (direito a ser informada sobre os seus pais); artigo 9.º (condição da situação familiar, por exemplo prisão ou morte dos progenitores) e artigo 29.º (referente à orientação escolar e profissional que pode ter acesso).

O artigo 12.º expressa o princípio segundo o qual a criança deve expressar de forma livre as suas opiniões em matérias que a ela digam respeito. Deste modo,

(...) a Carta Europeia concretiza este direito dizendo que a criança deve ser ouvida em decisões familiares, administrativas ou judiciais que lhe digam respeito desde que a sua maturidade o permita, nomeadamente, nos casos de alteração do poder paternal, de entrega da criança a guarda ou tutela, de adopção ou colocação em instituição familiar, educativa ou com fins de reinserção social (Fernandes, 2004, p.34).

1.1.6. Representação da criança / jovem face ao acolhimento institucional

Nos seguintes relatos, as crianças e jovens expõem os seus pontos de vista relativamente à sua estadia na Instituição.

Costumo sentir-me bem e mal. Bem porque tenho amigos e mal porque tenho saudades de casa. (pausa) Quando venho de casa custa muito. (José, 13 anos)

Quando venho, venho triste porque queria ficar lá mais uma semana. (...) Eu não devia ficar cá, porque também vejo o meu primo que se porta mal, não tem condições e está lá. Então porque é que eu estou aqui? (Nuno, 10 anos)

Eu acho que devo estar aqui. Se estou aqui é por causa que (pausa) tenho alguns problemas. (Entrevistadora: Problemas?) Pois, porque andar aqui, não é ... (Gustavo, 10 anos)

Não quero estar aqui, quero-me ir embora. (...) A Técnica da Segurança Social disse que ia ficar para ai um ano. (...) Vou uma vez por mês ao fim-de-semana. No papel do Tribunal não diz lá nada, foi a Dra. Ana da Segurança Social que chegou aqui e que disse que só podia ir uma vez por mês. (...) Não concordo, quero ir para casa. (Filipe, 14 anos)

Na altura concordei porque estava chateado com a minha mãe mas se fosse agora já não concordava. (...) Preferia estar com ela do que estar cá. (Rui, 15 anos)

(sinto-me) Triste... não quero estar aqui. (Vitor, 15 anos)
Gosto por uma razão e não gosto por outra. Porque estão cá os meus amigos e não gosto porque os grandes estão sempre a implicar comigo. (Nelson, 11 anos)

Não concordo. Não gosto de estar aqui. Se não sair a bem, saio a mal. (Martim, 13 anos)

Nesta categoria procura-se compreender os sentimentos predominantes na estadia na Instituição. Também neste campo parecem existir respostas idênticas: não gostar de estar na Instituição e o anseio pelo regresso à família biológica. Contudo há uma nota importante: é ressaltado no discurso de alguns entrevistados, o “lado bom” da Instituição. Este “lado” está intimamente relacionado com os colegas (restantes crianças e jovens institucionalizados). Foi visível, apesar de todas as vivências e experiências traumáticas, a boa relação e cumplicidade existente entre eles. Parece prevalecer a união, o espírito de grupo e sentimentos e empatia e altruísmo: os pares assumem-se como figuras protetoras e confidentes. Esta ideia vai de encontro ao defendido por Siqueira e Dell’Aglío (2006, p.78) quando referem que

(...) o contacto com os pares em igual situação de vida, pode configurar um apoio social e afectivo, operando como factor de protecção. Ao conviver com crianças e adolescentes de diversas idades, as crianças e adolescentes abrigados podem se envolver em parcerias uns com os outros, partilhar sentimentos positivos e negativos, apoiando-se mutuamente.

Numa apreciação geral, e após transcrição de alguns excertos das entrevistas realizadas com as crianças e jovens, importa, no entanto, ressaltar algumas questões bastante pertinentes, na medida em que estas foram de suma importância para uma melhor interpretação da realidade destas crianças e jovens e, conseqüentemente, bastante elucidativas e esclarecedoras na construção do conhecimento.

Através da observação de posturas, atitudes e comportamentos, pausas e silêncios no decorrer da entrevista verificou-se, em muitos casos, alguma tensão e nervosismo quando se abordou a questão da família e das expectativas em relação ao futuro. Falar na família mostrou-se ser um tema muito delicado: algumas crianças e jovens choraram e pediram para parar a gravação da entrevista. Outros, por seu lado, tentaram não entrar em pormenores dizendo que não queriam “falar nisso”.

Quando foram abordadas questões sobre a sua participação nas tomadas de decisão, destacaram-se alguns sentimentos de revolta e incompreensão, sendo frequente a afirmação de que não compreendem porque estão na Instituição uma vez que ninguém lhes explica.

Uma outra evidência foi a postura: ao falar-se na família, muitos deles baixavam a cabeça concentrando-se no desenho que estavam a fazer.

Há um dado interessante que aconteceu sobretudo com três jovens. Por exemplo, quando acabaram a entrevista mencionaram que só tinham facultado a informação porque “nunca mais a vou ver, por isso nunca ninguém vai saber que fui eu que falei” (15 anos), ou “já sabe mais de mim do que muitos daqui” (16 anos) e, ainda “já falei mais consigo do que com a psicóloga” (17 anos).

Sem qualquer dúvida, ficou notório o desconforto das crianças e jovens ao abordarem o tema da família. Sentimentos de angústia e tristeza também foram claros no que respeita ao acolhimento em Instituição. Uma outra constatação tem que ver com o facto de alguns dos entrevistados saberem e expressarem o motivo pelo qual foram separados das suas famílias: situação que os revolta pois acreditam que “apesar” de tudo estariam melhor em casa.

Algumas entrevistas tornaram-se “um pouco” difíceis de conduzir na medida em que vigorou a tristeza (com expressão de lágrimas) de algumas crianças e jovens. A fuga, por vezes, constante do falar na família também se fez notar.

A ansiedade e desejo pelo regresso a casa foi outra constante. Contudo, e apesar de algumas situações complicadas, estas notas de campo permitiram conceber uma imagem mais clara da realidade destas crianças e jovens. Como refere Srecht (1999, p.15) “a vida nem sempre é justa. As crianças não nascem iguais em direitos. Mas não podemos desistir de contrariar uma certa ordem das coisas, bater à porta do coração e perguntar sem medo: pode-se entrar? Indignarmo-nos sempre que for preciso. Lutar”.

1.2. Representações da Equipa Técnica

1.2.1. Representação (por parte da criança / jovem) da família

Na ótica da Diretora Técnica do LIJ a criança/jovem tem a representação da família ideal:

Eles idealizam muito a família, também por uma questão... há casos em que é uma questão de mecanismo de defesa porque a realidade é tão insuportável, não é... o sofrimento acaba por ser tão insuportável que eles idealizam como uma forma de segurança e de se protegerem a eles próprios. Mas, de uma forma geral, todas as crianças gostam de estar perto da família porque identificam a família como sendo a deles... quer dizer é a que têm, não é... é a referência que têm e é sempre um tema muito delicado no sentido de... quer dizer eles mesmo quando, às vezes, se agridem verbalmente não é, a família é sempre um assunto em que ela pode ser o que for, a mãe ou o pai podem ser o que for mas não se fala mal dele... há uma certa proteção, uma certa sensibilidade para essa imagem idealista da família.

A Educadora Social e a Psicóloga parecem partilhar da mesma opinião:

Têm a representação de uma família ideal. Não têm a representação de uma família desestruturada, de uma família com problemas, é uma família ideal, é a família deles. (Educadora Social)

Mesmo que eles no fundo saibam que a família tem problemas, para eles, são a melhor família, são a sua família e por isso idealizam-na como a família perfeita. (Psicóloga)

Na visão dos Técnicos é clara a representação e idealização da família por parte de cada uma das crianças e jovens. A família, a sua família, assume, mais uma vez, um papel central na vida destas crianças e jovens. Apesar de todas as problemáticas e obstáculos que surgiram nas suas vidas e que, conseqüentemente, os conduziram à medida de acolhimento institucional, a família continua a assumir-se como a base essencial ao seu crescimento e desenvolvimento integral. Mesmo que alguns reconheçam as incapacidades e dificuldades das famílias na assunção dos seus papéis parentais, a família surge como uma ideologia associada à “família perfeita”. Esta visão apresentada pelos entrevistados revela a compreensão do microsistema familiar, segundo a perspectiva ecológica (Bronfenbrenner, 1996) Por outras palavras, a família é encarada como um “(...) ambiente no qual existe uma configuração de seus membros marcada por relações de proximidade, reciprocidade, estabilidade e afecto. A família é constituída por pessoas significativas com as quais possuem relação de apoio e de troca” (De Antoni & Koller, 2000, p.356).

1.2.2. Representação do acolhimento institucional

Quanto à representação do acolhimento, a Psicóloga afirma

Os jovens reconhecem nos outros a culpa da sua institucionalização “a culpa é sempre da Segurança Social” ... embora muitos reconheçam as fragilidades da família, também a encaram como sendo capaz de cuidar deles e por isso não percebem porque estão na Instituição.

Nesta categoria constatou-se a não aceitação das crianças e jovens pela estadia na Instituição. Ou porque já estão há muito tempo acolhidos, ou porque consideram nada lhes ter sido explicado, a verdade é que é evidente a preferência em regressar a casa do que continuar institucionalizado. Para Alberto (2003, p.242) “(...) cada instituição é uma casa de “faz-de-conta”, é uma família de “faz-de-conta”, para crianças e adolescentes que continuam a sentir um profundo vazio de uma casa “de verdade” com uma família “de verdade” como têm os outros meninos e meninas”.

As intervenções com as crianças e jovens que se encontram sob a medida de acolhimento institucional não podem só preocupar-se com o afastamento das situações de perigo imediato. Cuneo (2009, p.416) refere que a institucionalização prolongada impossibilita a ocorrência de condições benéficas para o desenvolvimento pleno da criança, “(...) por conta da submissão a rotinas rígidas, do convívio restrito às mesmas pessoas, da precariedade de atenção individualizada e da falta de vida em família sem a oportunidade de trocas afectivas emocionalmente significativas”.

1.2.3. Relação da criança / jovem com os técnicos

No decorrer da investigação pode ir-se percebendo que cada criança/jovem tem a figura do Gestor de Caso, mantendo com este uma maior proximidade e portanto, uma melhor relação. Contudo, parece haver um elemento na Equipa Técnica que ganha particular destaque, a Psicóloga:

A psicóloga que os acompanha a todos é que vai definindo com eles o seu projeto de vida... (Diretora Técnica)

Aqui há uns tempos atrás, ainda não com estas novas metodologias de trabalho, havia por parte da Equipa Técnica um incentivo muito grande ... olha temos que definir isto, porque é assim e assim... neste momento os jovens já sabem que aos 18 anos eles podem sair, então se eu tenho 17 tenho que começar a pensar... para começar a pensar quem tem que fazer estes ofícios é alguém adulto, então eu tenho que

recorrer a este adulto, a psicóloga tem esta função, o meu gestor tem esta função, ou seja, hoje em dia eles têm muito bem explícito na sua mente o que é que faz cada um de nós. (Educadora Social)

Eles já sabem que pelo menos uma vez por mês têm de falar comigo. (Psicóloga)

Atendendo ao exposto, ficou a ideia de que as crianças e aqueles que estão há menos tempo institucionalizados procuram com maior frequência os Técnicos, em particular a Psicóloga. Por sua vez, os jovens e os que estão há mais tempo na Instituição recorrem menos vezes ao contacto com os adultos. De salientar que a Psicóloga parece assumir um papel central, sendo um elemento de referência, uma vez que, segundo palavras da Diretora Técnica, é com ela que as crianças e jovens conversam e articulam na definição do seu projeto de vida.

1.2.4. Análise dos contactos estabelecidos entre a criança / jovem e a família

Nesta categoria parece existir concordância entre os elementos da Equipa Técnica:

De facto quem define o contacto com a família é sempre quem aplica a medida de promoção e proteção. Neste momento não temos nenhum caso em que a CPCJ ou o Tribunal tenha decretado a inibição do contacto com a família seja nuclear seja com a alargada; temos vindo a aumentar o número de casos em que o contacto é mais regular, ou seja, vão de fim-de-semana semanalmente, quinzenalmente, há casos em que só vão uma vez por mês e depois nas férias escolares nós fazemos um pedido específico para aquele período da pausa letiva, e se o Tribunal e a CPCJ decidem favoravelmente eles têm, então, o contacto com as famílias. Este contacto é estabelecido, em grande parte, com os progenitores e avós. Estes contactos são importantes para eles porque são a família deles e isso faz com que não lhes custe tanto a passar a semana... aqueles que não vão todas as semanas é mais difícil, mas muitos, de um modo geral, pelo menos vão de quinze em quinze dias. (...) É assim, as crianças, agora num modo muito geral, são sempre muito, têm sempre muita vontade de estar perto da família, mesmo que reconheçam, dependendo depois da fase em que estão, que às vezes não têm as melhores condições ou mesmo que às vezes tenham que passar frio e fome, numa expressão generalista, preferem ficar com a família mesmo que só dois ou três dias, do que não estar. (Diretora Técnica)

São benéficos e importantíssimos (contactos) ... eu sempre fui uma das defensoras da aproximação à família regradamente e sempre muito pensada e refletida ... em conjunto com a equipa que faz a gestão do processo; mas a aproximação à família deve ser sempre mantida porque se não os laços familiares, o vínculo vai-se... vai diminuindo, muitas vezes pode até se chegar, não queria dizer a palavra perder mas, dissipar bastante. Acho que pela nossa parte, pela parte de quem tem... seja a nível das medidas de acolhimento seja a nível aqui também da nossa atuação no projeto destinado à inclusão social devemos

sempre favorecer a aproximação à família independentemente de todas as condições que originaram o problema do acolhimento. (Educadora Social)

Esse contacto é fundamental para o bem-estar emocional das crianças. (Psicóloga)

No que concerne à “análise dos contactos estabelecidos entre a criança / jovem e a família” todos os elementos entrevistados convergem numa só resposta: os contactos estabelecidos entre as partes são essenciais para o bem-estar da criança / jovem acolhido. No tempo de realização da investigação, todas as crianças e jovens mantinham contacto com as suas famílias biológicas, quer fossem contactos semanais a mensais (idas de fim-de-semana e/ou no período de férias). Nestes contactos, também se registam as visitas de familiares na Instituição ou contactos telefónicos.

1.2.5. Análise dos contactos estabelecidos entre a Instituição e a família

Da análise feita a partir das entrevistas constata-se que a Instituição tenta, sempre que possível, envolver a família, em prol do bem-estar da criança / jovem:

(...) Apesar de depois termos o setor das famílias biológicas que é coordenado por uma colaboradora específica que ela vai gerindo qual a necessidade de trabalhar especificamente aquela família ou a outra, qual o tema em que é necessário fazer uma nova intervenção porque às vezes justifica-se, para além daquela que está prevista e vamos monitorizando assim o contacto... (...) E nós no projeto de vida também envolvemos as famílias quer seja para uma questão de reintegração e aí obviamente que têm que estar envolvidas e têm que ter um papel muito ativo, quer seja também numa questão de autonomização, porque mesmo quando o projeto de vida é autonomização fazemos sempre questão ... (Diretora Técnica)

A família tem de estar ao nosso lado desde o dia da entrada, (...) e estando ao nosso lado vai colaborar connosco porque nos vê como um aliado. (...) A família tem o dever de ter este contacto porque toda a criança tem direito a uma família, ora se a criança tem direito a uma família essa família tem de ser acompanhada por nós desde o início, e a família sente vontade disso, a família trabalha connosco se nós trabalharmos com ela desde o início (Educadora Social)

Desde início que contactamos a família, queremos que saibam quem somos e que não os queremos afastar dos filhos, pelo contrário, queremos que a relação se fortaleça no sentido de procurarmos colmatar e diminuir a problemática que levou ao processo de institucionalização. (Psicóloga)

É chegado o momento de abordar uma categoria de suma importância na realidade atual do acolhimento institucional: “análise dos contactos estabelecidos entre a Instituição e a família”.

A esta vamos associar a categoria “participação / envolvimento das famílias na vida das crianças e jovens acolhidos” para uma melhor reflexão neste domínio.

Na articulação com os membros da Equipa Técnica verificou-se, segundo os seus relatos, a preocupação do envolvimento das famílias na vida das crianças e jovens, quer em situações mais pontuais, no dia-a-dia, quer numa dimensão a médio, longo prazo como a definição do projeto de vida.

Dale (1996) faz referência a um aspeto bastante pertinente ao afirmar que o foco da intervenção precoce por parte dos profissionais não se deve cingir às crianças, mas deve, também, abarcar as suas famílias.

Na perspetiva de Brandão (2010, p.229) “modelos de promoção, como os sugeridos pelo conceito de *empowerment*, significam, necessariamente, mais capacidades, mais responsabilidades e também mais poder para os pais de crianças deficientes ou em risco”, conduzindo à colaboração e parcerias estabelecidas entre estes pais e os profissionais.

Nesta ótica, e concordando com Gaspar (2010, p.206) “dar a cada família o suporte de que precisa e deseja, principalmente àquelas que, por diferentes motivos, estão a experienciar riscos particulares, é a trajetória de intervenção sócio-educativa com mais probabilidades de promover o bem-estar de cada criança”.

Para Martins (2004, p.139) “soluções ecologicamente sustentáveis a médio e longo prazo deveriam envolver a família como espaço privilegiado de protecção da criança”. Neste sentido, o apostar em condições de bem-estar do agregado familiar, na protecção dos direitos dos progenitores e no compromisso das suas responsabilidades, deveria manifestar-se no aperfeiçoamento e consolidação dos laços e vínculos familiares e no acréscimo da qualidade das suas relações, descrevendo-se como contexto de atenção e afetos (Martins, 2004). Consequentemente, a “(...) protecção deixa de ser uma acção individual para passar a assumir o seu carácter psicossocial e sócio-familiar. A protecção de uma criança não pode ser feita isoladamente, mas supõe a intervenção junto da família e meio envolvente” (idem:139).

A intervenção junto da família justifica-se na medida em que, grande parte das vezes, as situações e/ou condições que levam ao acolhimento institucional são geradas por situações e problemáticas da própria família enquanto um todo e não pela própria criança.

Face ao exposto, parece-nos oportuno referir Durning (1999) uma vez que aborda a importância da intervenção familiar. Assim, para o autor, a intervenção familiar envolve um conjunto de intervenções sociais que visam preparar, assistir e auxiliar (suporte social) os pais nas suas funções educativas perante os filhos. Pressupõe que o principal objetivo é “formar para a relação entre os pais e os filhos” (Gaspar, 2005, p.81).

Neste sentido, facilmente se compreende que a família deve ser tida como parte integrante e colaboradora na vida da criança e/ou jovem, em prol do seu melhor e são desenvolvimento a nível biopsicossocial.

1.2.6. Participação das crianças e jovens nas tomadas de decisão e na definição dos seus projetos de vida

As crianças e jovens parecem estar ao corrente da sua situação na Instituição, bem como participar nas decisões que a eles lhes dizem respeito:

Quem faz mais esse papel de consciencialização, do porquê de vir para cá, do quanto tempo vão ficar cá, é mais a nível do gabinete de psicologia. A Psicóloga que os acompanha a todos é que vai definindo com eles o seu projeto de vida... (Diretora Técnica)

Têm que estar obrigatoriamente (informados). E a criança, independentemente, do seu nível cognitivo e da sua faixa etária, mas têm que estar devidamente informado porque é que veio para aqui e quanto tempo vai estar aqui, de quanto em quanto tempo é revista a medida, ou seja, tem que se lhe ir explicando (...) Se se lhe vai esconder a verdadeira razão pela qual ele está aqui muitas das vezes ele vai criar uma idealização de uma coisa que não existe, então é preferível que sofra, porque sofra sempre com uma medida de acolhimento, pela verdade que o trouxe aqui, do que nós não estarmos a pô-lo ao corrente. (Educadora Social)

É explicado à criança, não lhe é escondido nada... claro que há problemáticas que são mais difíceis deles perceberem, mas mesmo que às vezes digam que não sabem porque estão cá, eles no fundo têm consciência do verdadeiro motivo e, por isso, às vezes é mais fácil eles perceberem o seu projeto de vida. (Psicóloga)

Através dos discursos da Equipa Técnica depreende-se que as crianças e jovens são parte envolvida nas tomadas de decisão. Neste campo (uma vez que já se abordou anteriormente a questão da participação nas tomadas de decisão) foquemo-nos, então, na participação da definição dos projetos de vida. O projeto de vida prevê a

(...) definição de um determinado estilo de vida do menor, que inclui a descrição de uma série de procedimentos ou acções a realizar para a concretização desse projecto. Esse projecto deve englobar diversos campos da vida da criança e/ou jovem, tendo em consideração as necessidades (afectivas, relacionais, escolares) de cada um deles (Veiga, 2011, p.25).

Segundo o Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social (2000) o desenho, desenvolvimento e avaliação do projeto não se devem restringir à equipa técnica. Devem, assim, envolver as crianças e jovens e também, se possível, as próprias famílias nas múltiplas fases do projeto.

Uma nota só no que respeita à participação da criança. Delgado (2006, p.188) reforça o princípio de que

(...) a participação só é real quando a criança tem a informação necessária, o tempo suficiente de preparação e locais ou espaços em que possa exprimir livremente a sua opinião. Sem estes factores, simula-se o exercício de um direito que está previamente condicionado e que acaba por conduzir a um resultado falseado por não exprimir a verdadeira opinião da criança.

1.2.7. Participação / envolvimento das famílias na vida das crianças e jovens acolhidos

Parece haver unanimidade na equipa no que respeita ao envolvimento e participação das famílias na vida da criança /jovem:

Na maioria as famílias são recetivas. (...) Nós no primeiro dia de acolhimento, se a família não vier com a criança ou jovem que é acolhida telefonamos e marcamos logo uma visita domiciliária para também conhecermos o ambiente familiar. Ou então também marcamos aqui uma visita para virem cá conhecer a Instituição (...), eles acabam por perceber que nós não somos o inimigo, mas que estamos todos a trabalhar para o mesmo objetivo (...) claro que depois depende da capacidade que cada família tem (...) e elas acabam assim por colaborar connosco, claro que umas mais e outras menos, obviamente. (Diretora Técnica)

Agora para quem tem uma medida de acolhimento, ou seja, quem sai da família e é entregue à Instituição, e a nossa Instituição defende esta aproximação à família, não se vê, pelo contrário, uma situação de rutura, vê-se uma boa situação que é o facto da Instituição explicar à família a razão pelo qual está cá e o que é que deve fazer para suprimir ou minimizar a situação de acolhimento. (Educadora Social)

Quando as famílias se sentem parte integrante do processo mostram-se mais recetivas e participativas no desenhar do projeto de vida daquela criança ou jovem. (Psicóloga)

Todos os elementos da Equipa Técnica partilham a mesma opinião: a importância que a família assume na vida de cada criança e jovem. A família parece ser um elemento fundamental no trabalho da Instituição no que respeita à salvaguarda do bem-estar da criança ou jovem. Assim, parece predominar a ideia de que ao trabalhar-se com e em prol da família está-se, também a trabalhar no futuro das crianças e jovens acolhidos.

1.2.8. Expetativas da criança / jovem face ao futuro

As crianças e jovens, na perspetiva da equipa, parecem partilhar da mesma expectativa em relação ao seu futuro:

Eu acho que eles no fundo todos desejam o mesmo que é um dia voltarem à família porque ... o eles saírem da família não foi desejo deles, não é... foi porque alguém achou que eles estariam melhor numa Instituição do que na família (...) O maior desejo deles no fundo, mesmo que uns verbalizem e outros não, ou que até tenham planos de um dia sair daqui e quererem fazer uma vida um bocadinho mais independente e separada da família, têm sempre esse desejo de voltar à família. (Diretora Técnica)

É não estar aqui! (Educadora Social)

Alguns dos mais velhos já começam a referir que querem ser autónomos, mas de um modo geral, o grande desejo destes meninos é voltarem à família, à sua família. (Psicóloga)

Nesta questão, as opiniões parecem unânimes: as expectativas passam pelo desejo das crianças e jovens voltarem a casa. Segundo relato da Psicóloga, verifica-se, sobretudo, na faixa etária dos mais velhos, algum interesse em que o seu projeto de vida passe pela autonomização. Esta situação parece mais recorrente em jovens que têm sido privados de um ambiente familiar adequado e de qualidade: quando os próprios jovens reconhecem a impossibilidade e/ou incapacidade das famílias assumirem de forma adequada os seus papéis parentais.

Mais uma vez, fica patente a importância e o significado que a família tem para a criança / jovem. Assim, Casas (1998) afirma que tem vindo a assistir-se ao facto de evitar, tanto quanto possível, a separação da criança face à sua família.

Moreno (1996) recorda que as crianças e jovens institucionalizados sofrem uma pressão diária devido à preocupação com o seu futuro. Toda uma série de fragilidades (independência económica, condição social, situação profissional, relação com as famílias e amigos) fazem parte do pensamento destas crianças e jovens.

Heam (1997) refere que é fundamental a prestação de cuidados à criança no seio da sua família uma vez que, embora por algum período de tempo sejam afastadas da família, é ali que desejam voltar, pois é lá que se encontram as suas origens, identificando-se, portanto, com elas. Neste sentido, é importante refletir na intervenção psicossocial no âmbito da família.

Martins (2004, p.109) evidencia que esta intervenção psicossocial se faz notar através de “programas de educação parental, visitas domiciliárias, acompanhamento às consultas materno-infantis e programas de apoio por grupos familiares anónimos, que visem a promoção das relações pais-filhos e da competência parental e a optimização do funcionamento das redes formais e informais de recursos”.

Bravo e Del Valle (2009, p.44) realçam a ideia de que “a finalidade da intervenção protectora deve ser a reintegração num contexto de desenvolvimento familiar, ou seja na própria família ou numa nova família”. Nestas palavras fica clara a importância atribuída à família e ao seu papel, fundamental, no crescimento de qualquer criança.

1.2.9. Projetos de vida predominantes

Ao nível nacional existem quatro projetos de vida: reunificação familiar; adoção, autonomização e acolhimento institucional. A Instituição trabalha essencialmente nos projetos de vida que envolvem a reunificação familiar e na autonomização dos jovens.

Mas essencialmente são esses dois projetos de vida (reintegração familiar e autonomização) com que trabalhamos. Haverá anos em que trabalhamos mais a reintegração familiar porque também se proporciona, porque são famílias que têm mais margem de manobra para a gente trabalhar com elas e depois, há outros que têm mesmo que seguir pela autonomização porque a família, devido a uma intervenção seja anterior ou mesmo conosco aqui na Instituição não se revela capaz de poder mais tarde acolher a criança ou jovem. (Diretora Técnica)

A nossa grande maioria passa pela reintegração familiar. Os casos onde é necessário a entrada de uma nova resposta, através da autonomização, passa por jovens com o acolhimento muito precocemente onde todo este trabalho não foi feito e então é onde eles vêm como projeto de vida, o poderem ser autónomos sem a retaguarda familiar ... Porém, até nestes, eles têm a perfeita noção de que a família é um

elemento chave e fundamental no seu processo, tendo é a noção clara de que talvez a família não tenha as melhores condições... agora é como lhe digo, hoje em dia trabalha-se numa perspetiva de lhe mostrar que o tempo de acolhimento dever ser o mais curto possível, uma intervenção precoce para que aí sim possa ser a reintegração familiar porque é evidente que com 18 anos qualquer jovem quer viver sozinho, independentemente de ter medida de acolhimento ou não, é o ideal de todos os jovens darem um passo na sua vida. (Educadora Social)

Nesta última categoria constata-se a existência de duas medidas: reintegração familiar, por um lado, e autonomização, por outro.

Na definição do Plano de Intervenção Individualizado (PII) são tidas em consideração as características e dinâmicas da família, da criança e da sua história de vida.

Em função de uma série de condicionantes é explorada, inicialmente, a hipótese de reintegração familiar, ou integração na família biológica. Quando esta situação não se apresenta viável, exploram-se alternativas como a adoção ou autonomização. Para Gomes (2010, p.171)

romper com a cultura de institucionalização passa por uma mudança de cultura e de actuação face ao sistema de protecção à criança e ao jovem em situação de risco, investindo para isso na competência das famílias, redefinindo a institucionalização como alternativa excepcional, que só deve ser aplicada quando estão esgotadas as possibilidades de a criança ou o jovem se manterem no seu contexto familiar.

Ao pensar-se na reintegração familiar está-se a acreditar na capacidade de mudança e adaptação, capacitação, transformação, responsabilização e nos direitos e deveres da família para com a criança / jovem. Esta situação envolve um conjunto de protagonistas: família, criança, técnicos (das múltiplas áreas de intervenção social) e parceiros, pois só assim, se pode pensar no bem-estar da própria criança (Gomes, 2010).

A autonomização, segundo o Dec. Lei nº. 147/99 de 1 de Setembro, consiste

em proporcionar directamente ao jovem com idade superior a 15 anos apoio económico e acompanhamento psicopedagógico e social, nomeadamente através do acesso a programas de formação, visando proporcionar-lhes condições que o habilitem e lhe permitam viver por si só e adquirir progressivamente autonomia de vida.

Esta medida resulta como uma resposta quando todas as outras já foram esgotadas, isto é, quando se prevê a impossibilidade de regresso à família nuclear e quando a medida de adoção já não se coloca.

1.3. Representações da Família

Antes de passarmos à apresentação das categorias relativas à família importa esclarecer que apenas foram realizadas três entrevistas com familiares (uma mãe e dois pais), na medida em que, por uma questão geográfica, anteriormente referida, foi impossível reunir com mais famílias. A seleção destas foi responsabilidade da Instituição, não tendo a investigadora qualquer intervenção.

Apesar de todos os constrangimentos, consideramos pertinente fazer, ainda que de forma sucinta, uma apreciação quanto às categorias que resultaram da análise de conteúdo das entrevistas com as famílias.

Uma situação comum aos pais é a convicção, que ambos transmitiram no decorrer das entrevistas, de que eles são os responsáveis pelo acolhimento institucional dos filhos. Para uma melhor compreensão: ambos afirmam que os filhos só estão na Instituição porque eles assim querem, pois afirmam terem sido eles que procuraram ajuda e que pediram o início da medida, podendo, então, os filhos saírem da Instituição quando eles quiserem. Ora, e segundo a legislação em vigor, tal não sucede assim.

Curioso é o facto de mencionarem que os filhos só estão na Instituição por motivos de ordem escolar e não por qualquer outro condicionante. Mais uma vez, e segundo se depreende da legislação, as Instituições não funcionam como “extensão” à escola, nem como centros de estudo ou de apoio escolar. Na verdade, estas famílias concebem uma função da Instituição um pouco “irreal”. Apresentam dificuldades na assunção das razões que conduziram ao acolhimento, da duração da medida e do modo como todo o processo se desenrola.

1.3.1. Representação da Instituição

Os três progenitores têm uma representação bastante positiva e agradável face à Instituição:

Eu gosto que estejam cá, tratam-nos bem e ajudam-nos com os deveres da escola. (Mãe)

Acho que é uma boa Instituição (...) porque lhe dão educação. (Pai, 56 anos)

Fui eu que o pus cá é porque achava que era uma boa Instituição. (...) Têm muita paciência com ele e ensinam-lhe regras (...) ele precisa que o ajudem com a escola porque se distrai muito e eu não era capaz e eles aqui são. (Pai, 69 anos)

Segundo os dados que surgiram após análise das entrevistas, os progenitores parecem ter uma representação favorável acerca da Instituição, bem como, aparentam ter boas relações ou relações de alguma proximidade com a Instituição, o que na ótica de Gomes (2006, p.106)

através de visitas, telefonemas e com a estimulação de contactos é possível realizar um trabalho de motivação e aproximação, bem como, de uma forma mais específica, melhorar as competências parentais para que, tão rápido quanto possível, possam receber os seus filhos em casa, prestando-lhes o apoio de que necessitam para se desenvolverem saudável e harmoniosamente.

Assim, é importante que as famílias sejam tidas como parte integrante na vida das crianças e jovens; que saibam o que com eles se passa (quer em contexto institucional, quer contexto escolar) e que colaborem nas múltiplas decisões que com elas têm que ver.

1.3.2. Representações do filho acerca da Instituição

Face ao que estes pais julgam que os filhos sentem pelo facto de estarem na Instituição parece existir uma certa discórdia:

Eu sei que eles queriam estar comigo. Sei que estão bem cá mas preferiam estar em casa. (Mãe)

No início não gostou de vir... custou-lhe um bocado mas agora já se habituou já não lhe custa (...) ele dá-se bem com os colegas; e ele sabe que é para o bem dele. (Pai, 56 anos)

Ele gosta de estar cá... às vezes ao Domingo tenho de o trazer mais cedo porque está sempre a dizer que já quer vir. (Pai, 69 anos)

Todos os pais assumiram que os filhos gostam de estar na Instituição e que sabem porque estão lá. Embora reconheçam que os jovens prefeririam estar em casa, acreditam que estar na Instituição não lhes provoca qualquer dano, pelo contrário, poderá trazer-lhes um futuro melhor.

Contudo, e discordando dos relatos dos pais, julgamos importante refletir na proposta apresentada por Delgado (2006), o qual enfatiza a necessidade de se “desenraizar” a realidade escondida nas conotações e classificações dos “maus tratos

infantis” e das “crianças em risco”, ou das “crianças em instituições” e pensar-se em seres humanos que transportam consigo realidades tão adversas e de tanto sofrimento.

1.3.3. Representação dos filhos acerca da Família

No que se refere à representação da família, as opiniões dos pais são unânimes:

Eles gostam de mim e sei que se preocupam comigo. (Mãe)

Ele gosta muito do pai e da mãe (...) dá-se bem connosco e não nos falta ao respeito. (Pai, 56 anos)

Ele preocupa-se comigo porque tenho muitos problemas de saúde... também gosta da mãe, até é ele que lhe liga, porque ela nem quer saber dele, não viu que logo pediu para lhe telefonar é sempre ele que quer telefonar... (...) também gosta dos irmãos porque brincam com ele. (Pai, 69 anos)

Perante o discurso dos três progenitores, consideramos que a linha de pensamento desta investigação assenta no desejo iminente, por parte destas crianças e jovens, em regressar a casa e na representação e expectativa que têm em relação à sua família. Tal, pode compreender-se através das palavras de Delgado (idem:84)

por muito que se trabalhe para se aperfeiçoar a qualidade das Instituições, convém recordar que nelas nenhuma criança é inteiramente feliz, independentemente da estabilidade que lhe poderão proporcionar. Por detrás dos sorrisos, das exclamações de alegria, das actividades, guardam-se os traumas, os medos, a ferida do abandono, as saudades dos pais reais ou imaginários, o desejo de viver na família que se perdeu ou nunca se teve.

1.3.4. As relações com os filhos

Os três pais assumem ter uma boa relação com os filhos:

Damo-nos muito bem (...) somos muito chegados. (Mãe)

Tanto eu como a mãe nos damos bem com ele... às vezes conversa mais comigo ou assim, mas também se entende bem com a mãe, até a ajuda em algumas coisas. (Pai, 56 anos)

Às vezes zango-me com ele (...) ele é hiperativo e depois não consegue parar quieto e aborrece-me porque está sempre a fazer asneiras e tenho que lhe ralhar, mas depois logo me passa e explico-lhe as coisas e ele entende... (...) mas damo-nos bem (...) levo-o a ver o futebol e ele gosta. (Pai, 69 anos)

Através da relação que é estabelecida entre os vários membros da família, pode entender-se que à família parece estar incumbida a principal função de cuidar e proteger a criança contra todos os riscos e danos que de várias situações possam advir, assegurando, portanto, o crescimento e desenvolvimento são e normal de qualquer criança. Esta conceptualização dinâmica do desenvolvimento (modelo transacional) em que os fatores genéticos e ambientais interagem de modo interdependente e dinâmico, acaba por responsabilizar a família pelo desenvolvimento harmonioso e equilibrado da criança.

Apesar da conflitualidade que possa ocorrer no seio da família, esta é “(...) «única» e o seu papel é determinante no desenvolvimento da sociabilidade, da afectividade e do bem-estar físico dos indivíduos” (Reis, 2009, p.114).

Nas entrelinhas das narrativas dos progenitores, é unânime o sentimento das crianças e jovens face à relação que mantém, ou desejam manter com os pais. A família assemelha-se a uma fortaleza na qual a criança arranja mecanismos para se proteger de tudo o que a faz temer e sofrer. A casa, o ambiente familiar, funciona como um abrigo, um porto seguro, no qual os pais, irmãos e restantes membros se tornam agentes transmissores de paz, harmonia, segurança e amor.

Analisada a importância da qualidade e consistência de uma família (sobretudo da figura materna) ao nível do desenvolvimento de qualquer criança, a ausência ou negligência na relação entre estas figuras poderá causar danos ao nível das relações sociais quer com os adultos quer com os pares, muito devido às dificuldades de relacionamento que pautaram o seu crescimento.

1.3.5. As relações com a Instituição nas tomadas de decisão

Estes pais afirmam estar bem informados do que se passa com os seus filhos na Instituição, afirmando, igualmente, que a Instituição tem em consideração a sua opinião.

Quando não posso vir cá telefonam-me e dizem-me como é que eles estão (...) às vezes também me pedem a minha opinião. (Mãe)

O Doutor liga-me muitas vezes... ainda na semana passada foi lá a casa. Ele, se houver alguma coisa estranha com o meu filho, diz-me logo. (...) Eu também digo o que acho que se deve fazer..., mas não, nisso não me posso queixar porque estou sempre informado de tudo. (Pai, 56 anos)

Como venho cá muitas vezes não me telefonam muitas vezes só se houver alguma coisa grave, se não quando o venho ver dizem-me como é que ele se tem portado. (...) Eu também decido algumas coisas dele. (Pai, 69 anos)

Os três progenitores afirmam sentir-se parte integrante na vida dos seus filhos; ou porque são, segundo eles, constantemente informados de tudo o que vai acontecendo com a criança ou jovem, ou porque também têm uma palavra a dizer na hora de decidir. Através das narrativas, concluiu-se, como já foi dito anteriormente, que estes pais acreditam que a decisão de saída dos filhos da Instituição é da sua inteira responsabilidade (o que, consciente ou inconscientemente, os leva a crer que, na verdade, são eles os grande decisores do futuro da manutenção ou não dos filhos na Instituição). De referir, que quando a questão da participação foi abordada, pareceu-nos que esta foi mais direcionada para situações a curto e médio prazo (campo escolar e para a decisão de fins-de-semana e períodos de férias) e não tanto de decisões a longo prazo.

Contudo, há que destacar o interesse destes progenitores em se manterem envolvidos nas dinâmicas e tarefas diárias dos filhos, através da sua disponibilidade, colaboração e articulação com a Instituição, bem como, a importância que a Instituição atribui à participação dos pais na vida destas crianças e jovens.

1.3.6. Expetativas em relação ao futuro do filho

Em relação ao futuro parece prevalecer a preocupação com a vida profissional.

Gostava que viessem, quando eu puder, para ao pé de mim ... (...) também gostava que acabassem a escola. (Mãe)

Agora já vai acabar o 9º ano, mas queria que fizesse o 12º ano para depois ter um trabalhinho e não ter dificuldades como têm os pais. Depois aí já se organiza na vida como fizeram os irmãos. (...) Queria que pelo menos até acabar o 12º ano ficasse cá, porque sempre o vão ajudando. (Pai, 56 anos)

Já falei com o Sr. Padre, quero ver se vai para o seminário. Assim depois segue os estudos e já não depende de ninguém (...) porque assim quando eu faltar já está orientado (...) porque a mãe não quer saber dele. (Pai, 69 anos)

Neste item, os progenitores assumem, claramente, a preocupação face à escola e a necessidade de verem assegurado (a nível profissional) o futuro dos filhos. Também

parecem ter vontade que os seus filhos regressem a casa. Todavia, parece-nos que, de forma discreta, acabam por assumir as suas dificuldades e receios em conseguir corresponder às necessidades dos filhos e ao acompanhamento diário relativamente à escola.

A escola assume um papel de destaque no discurso destes pais: parece assumir-se como a salvaguarda de um futuro risonho, sem problemas e dificuldades, pois, apresenta-se como sinónimo de emprego e/ou situação profissional estável e rentável (independência económica).

De modo mais geral e abrangente, pode dizer-se que a família tem dois grandes objetivos: um de cariz mais interno, proteção psicossocial dos seus elementos, e outro de cariz mais externo, a transmissão de uma cultura (Reis, 2009).

Considerações Finais

Após alguma reflexão em questões de âmbito teórico e perspectivas na investigação é chegado o momento de fazermos uma análise que conjugue a síntese dos objetivos que nos propusemos alcançar.

O conhecimento adquirido através das vozes das crianças e jovens apresentou-se como um suporte indispensável para a compreensão das “representações e expectativas em relação à família biológica”.

A etapa de recolha de informação, sobretudo com as crianças e jovens, mostrou-se, na nossa opinião, a parte central de toda a investigação, na medida em que nos permitiu construir, estruturar e organizar toda uma conjuntura de aspetos que considerámos essenciais para a resolução final deste trabalho.

Aspetos como a salvaguarda do consentimento informado das crianças, da confidencialidade da sua identidade, a negociação das técnicas de recolha de dados, e a constante informação e negociação fizeram com que esta etapa se tornasse numa mais-valia na medida em que, por um lado, se salvaguardaram as relações através do respeito entre a investigadora e os participantes, e, por outro lado, porque foram criadas as condições que melhor permitiram a exploração da temática em causa.

Neste sentido, e, essencialmente, no ponto III, procurou-se fazer uma análise sob três dimensões: o *antes*, o *agora* e o *depois*.

Relativamente ao *antes*, procurámos compreender onde, com quem, quanto tempo, que relações tinham estas crianças e jovens. Isto é, procurou-se perceber a vida da criança e jovem num período pré-Instituição, para se entender quais os motivos que originaram a sua retirada e, conseqüentemente, o seu acolhimento institucional.

Através da análise das respetivas entrevistas e pela observação de posturas, comportamentos, silêncios, concluiu-se que era um grupo proveniente de contextos familiares complexos e conflituosos, em grande parte, pautados pela presença de uma situação económico-social precária e empobrecida e exposição a condutas ou comportamentos desviantes (alcoolismo, toxicodependência). Contudo, grande parte dos participantes, embora de forma mais ou menos consciente, acabou por reconhecer a “gravidade” da situação familiar, embora muitas vezes se tenha assistido à própria responsabilização do jovem (situações de absentismo escolar), que resultou na entrada na Instituição. Nesta fase, ficou, evidente, o sentimento em relação à família: amor, preocupação e proteção, sobretudo, em relação aos progenitores.

No *agora*, procurámos refletir nas questões em torno da institucionalização: como é o acolhimento; há quanto tempo estão institucionalizados; que sentimentos, representações e expectativas têm em relação à Instituição, que relações mantêm com os Técnicos e restantes crianças e jovens.

Importa, mais uma vez, refletir, que a família é concebida como a família perfeita, ideal, pela qual nutrem um grande apreço e carinho; sendo atribuída a culpa pelo acolhimento institucional a outros, como à Segurança Social, ao Tribunal e à própria Instituição.

Maior parte dos entrevistados afirmam não saber (de modo mais formal) nem compreender a razão pela qual estão na Instituição, mencionando que consideram a situação injusta, desagradável e prejudicial à construção da sua identidade (por exemplo, foram mencionados frequentemente episódios que expressavam desejo e vontade de fuga da Instituição, desenvolvendo sentimentos de revolta e agressividade manifestados em comportamentos diários).

Apesar de ser evidente o desejo pelo retorno a casa, na grande maioria, e no que tem que ver com questões de cariz mais educacional, alimentar e social, as crianças e jovens afirmaram ser “bem tratadas” estando, portanto, as suas necessidades básicas asseguradas.

Quanto ao tipo de relação que mantêm com os restantes sujeitos, parece haver acordo no tipo de relação estabelecida com os pares: relação de proximidade e afetividade. Esta relação parece ser manifestamente contrária à estabelecida com os adultos: relação de pouca proximidade, intimidade e confiança (à exceção das crianças mais pequenas, que manifestaram o interesse em manter contacto com os adultos, sobretudo com a Psicóloga).

Não obstante, importa refletir numa outra constatação destas crianças e jovens. Ora vejamos, por um lado, afirmam, afincadamente, que não querem estar na Instituição, por outro, um número significativo, assumem que vão estar muito tempo institucionalizados, ou porque tiveram exemplos disso com outros membros familiares, ou porque mentalmente assumem que só poderão sair aos 18 anos. Um outro grupo, grupo dos mais velhos, acaba por afirmar que vai sair o quanto antes, quer tenha ou não autorização para o fazer.

Ainda nesta etapa, procurou-se perceber junto das crianças e jovens o significado por eles atribuído aos seus direitos de participação na definição dos seus projetos de vida. Importa salientar que quando se abordou a questão da participação houve alguma dificuldade na compreensão do conceito em si mesmo. Isto é, assumiram a participação

como o envolvimento em atividades, em colaboração de tarefas com os colegas, etc. Quando se explicou o que se pretendia perceber, a participação, envolvimento na definição do seu projeto de vida, muitos assumiram que tal não sucede e que apenas se limitam a falar com os Técnicos quando “eles chamam”.

Uma questão interessante e que foi abordada com especial cuidado prende-se com o facto de os jovens poderem manifestar a sua opinião (quer na Instituição, quer em contexto CPCJ ou Tribunal). Aqui foram, manifestamente, expressos comportamentos e relatos de desagrado e fúria, na medida em que têm bem claro que as suas opiniões não são aceites (nem sequer são proporcionados ocasiões para tal) ou, quando são, são desvalorizadas, não lhes sendo atribuído qualquer significado. Assim, estas crianças e jovens apenas se limitam a cumprir o que é “imposto” pelos adultos.

Atendendo ao *depois* procurou-se compreender que expetativas têm em relação ao seu futuro, o que desejam e ambicionam, que projetos querem ver tornados realizados. Aqui não houve margem para dúvidas: o grande desejo e expetativa é o regresso à sua família. Embora, tenham surgido relatos, mesmo que em número bastante reduzido, de querer, primordialmente, concluir os estudos, na verdade, a família, o regresso à família, está sempre presente no horizonte destas crianças e jovens.

Face ao exposto, facilmente se verifica que prevalecem dois conceitos essenciais nesta investigação: *direito à família* e *interesse superior da criança*. Muito se tem dito, legislado e promulgado sobre estas questões, porém, na prática, parecem continuar a prevalecer dúvidas, incertezas quanto à melhor forma de atuação.

Afinal quem é o responsável por decidir o que é o melhor para o bem-estar da criança? Que estratégias são postas em prática para levar esse plano avante? De que forma intervém as crianças e as suas famílias nestas decisões? Que práticas e ideologias transportam os profissionais na tomada de decisão? Como é pensada a retirada de uma criança da sua família? Como é feito o acolhimento institucional? A criança sabe o que se está a passar? Ora, cabe-nos a nós, profissionais de intervenção social, refletir nestas e noutras questões que poderão advir.

Partindo do pressuposto de que os profissionais têm como primordial objetivo salvaguardar os direitos da criança, na verdade, é que são muitos os envolvidos (Juizes, Advogados, Técnicos de Serviço Social, Técnicos de Psicologia, Técnicos de Educação Social, Médicos) com múltiplas linguagens e perspetivas, podendo, por vezes, mesmo que de forma inconsciente, transportar interpretações, conceitos e ideologias que podem ser inócuas ou isentas de implicações nas decisões. Neste sentido, é importante que se chegue

a um consenso quanto às formas de atuação e decisão, ao nível do diagnóstico das situações como das próprias intervenções, para que se possa lutar para a assunção efetiva dos direitos da criança.

Em jeito de sugestão, e para concluirmos, fica a ideia de refletirmos na necessidade urgente de apostarmos na melhoria da qualidade dos serviços que prestam apoio e proteção à infância. Esta melhoria passa por uma intervenção mais precoce (não só ao nível das crianças e jovens mas também das próprias famílias), diagnóstico célere e concreto, acompanhamento real e de proximidade para que se possa chegar ao objetivo de cumprir o real interesse da criança.

Na realidade, todos, em geral, temos a obrigação de estar atentos e denunciar situações que comprometam o bem-estar de uma criança, e, em específico, os profissionais que mais diretamente lidam com estas situações, têm o dever e responsabilidade de analisar e avaliar não só as situações de risco e perigo, mas também, e a partir dessas decisões, traçar futuros mais risonhos de cada criança em particular.

Referências Bibliográficas

A

- **Abreu, J. S. R.** (2011). *Reflexões em torno do conceito de famílias multiproblemáticas: a visão do contexto escolar e dos professores sobre a crescente problematização das famílias e suas implicações*. Braga: Instituto de Psicologia [Tese de Mestrado Integrado].
- **Alarcão, M.** (2000). *(des) Equilíbrios Familiares*. Coimbra: Quarteto Editora.
- **Alberto, I.** (2003). Como pássaros em gaiolas? Reflexões em torno da institucionalização de menores em risco. In Machado, C. & Gonçalves, R. A. (coords.). *Violência e Vítimas de Crimes. Vol. 2 – Crianças*. Coimbra: Editora Quarteto.
- **Alberto, I.** (2006). *Maltrato e Trauma na Infância*. Coimbra: Almedina.
- **Almeida, A. N.** (2011). A sociologia e a construção da infância: olhares do lado da família. In Leandro, M. E. (coord.). *Laços Familiares e Sociais*. Viseu: PsicoSoma.
- **Almeida, L., & Freire, T.** (2008). *Metodologia da investigação em psicologia e educação*. Braga: Psiquilíbrios.
- **Amorim, D.** (2011). Laços familiares. Consequências e desafios na situação de menores em risco. In Leandro, M. E. (coord.). *Laços Familiares e Sociais*. Viseu: PsicoSoma.
- **Andolfi, M.** (1981). *A terapia familiar*. Lisboa: Editorial Vega.
- **Aquino, L. M. C. & Silva, E. R. A.** (2005). Os abrigos para crianças e adolescentes e o direito à convivência familiar e comunitária. In *Políticas Sociais – acompanhamento e análise*. IPEA, (11), ago., 186-193.
- **Arruabarena, M. & Paúl, J.** (1997). *Maltrato a los niños en la infancia – Evaluación y tratamiento*. Madrid: Ediciones Pirámide, S.A.

B

- **Bardin, L.** (1977). *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- **Benavente, R.; Justo, J., & Veríssimo, M.** (2009). Os efeitos dos maus-tratos e da negligência sobre as representações da vinculação em crianças de idade pré – escolar. *Análise Psicológica, 1*, (XXVII), 21-31.

- **Bowlby, J.** (1981). *Cuidados maternos e saúde mental*. São Paulo: Martins Fontes Editora.
- **Bowlby, J.** (1984). *Apego e perda: Vol. 2. Separação: Angústia e Raiva*. São Paulo: Martins Fontes Editora.
- **Brandão, M. T.** (2010). Propostas de intervenção familiar para crianças em risco. In Almeida, A. T. & Fernandes, N. (org.). *Intervenção com Crianças, Jovens e Famílias. Estudos e Práticas*. Coimbra: Almedina.
- **Bravo, A. & Del Valle, J. F.** (2009). Crisis y Revisión del Acogimiento residencial. Su papel en la protección infantil. In *Papeles del Psicólogo, Vol. 30* (1), 42-52.
- **Brofenbrenner, U.** (1996). *A ecologia do desenvolvimento humano: experimentos naturais e planejados*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- **Bryman, A.** (2004). *Social research methods (2ª Ed)*. New York: Oxford Press University.

C

- **Cancrini, L.; Gregorio, F. & Nocerino, S.** (1997). Las familias multiproblemáticas. In Coletti, M. & Linares, J. L. (comp.). *La intervención sistémica en los servicios sociales ante la familia multiproblemáticas: la experiencia de CiutatVella*. Barcelona: Paidós.
- **Carvalho, A. M.** (2002). Crianças institucionalizadas e desenvolvimento: Possibilidades e desafios. In Rocha, L. E.; Carvalho, A. M. A. & Koller, S. H. (Eds.). *Infância brasileira e contextos de desenvolvimento*. São Paulo/Salvador: Casa do Psicólogo & UFBA.
- **Casas, F.** (1998). *Infancia: perspectivas psicosociales*. Barcelona: Paidós.
- **Cerqueira, M.; Pires, S.; Figueiredo, D.; Matos, A. & Sousa, L.** (2003). Os Problemas das Famílias Multiproblemáticas: Comparação da Perspectiva dos Profissionais e das próprias Famílias. *Revista Serviço Social & Sociedade, 76*, 143-164.
- **Chisholm, K.; Carter, M.; Ames, E. W. & Morison, S. J.** (1995). Attachment security and indiscriminately friendly behaviour in children adopted from Romanian orphanages. In *Development and Psychopathology, 7*, 283-294.
- **Corby, B.** (1993). *Child Abuse – towards a knowledge base*. Buckingham: Open University Press.

- **Cruz, O.; Custódio, S. & Alves, D.** (2010). Concepções de parentalidade: o ponto de vista das crianças. In Almeida, A. T. & Fernandes, N. (org.) *Intervenção com Crianças, Jovens e Famílias. Estudos e Práticas*. Coimbra: Almedina.
- **Cuneo, M. R.** (2009). Abrigamento Prolongado: Os filhos do esquecimento. A institucionalização prolongada de crianças e as marcas que ficam. In *Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. Censo da população infantojuvenil abrigada no Estado do Rio de Janeiro*, 415-432.

D

- **Dale, N.** (1996). *Working with families of children with special needs – Partnership and practice*. London and New York: Routledge.
- **De Antoni, C. & Koller, S. H.** (2000). A visão de família entre as adolescentes que sofreram violência intrafamiliar. In *Estudos de Psicologia*, 5 (2), 347-381.
- **Delgado, P.** (2006). *Os Direitos da Criança: Da Participação à Responsabilidade*. Porto: Profedições, Lda.
- **deMause, L.** (1991). *Historia de la infância*. Madrid: Alianza Editorial.
- **Diário da República**, I Série –A, N.º 203 – 3-9-1992, Decreto-Lei n.º 190/92, de 3 de Setembro.
- **Diário da República**, I Série - A, N.º 204 - 1-9-1999, Lei n.º 147/99 de 1 de Setembro.
- **Diário da República**, I Série – N.º 12 – 17 de Janeiro de 2008, Decreto-Lei n.º 11/2008.
- **Durning, P.** (1999). *Éducation familiale: Acteurs, processus et enjeux*. Paris: Puf.

F

- **Fernandes, A. S.** (2004). Os Direitos da Criança no contexto das Instituições Democráticas. In Formosinho, J. O. (coord.). *A criança na sociedade contemporânea*. Lisboa: Universidade Aberta.
- **Fernandes, N.** (2005). *Infância, Direitos e Participação: Representações, Práticas e Poderes*. Porto: Afrontamento.
- **Fernandes, N.** (2009). *Infância, Direitos e Poder. Representações, Práticas e Poderes*. Porto: Edições Afrontamento.

- **Fernandes, N. & Tomás, C.** (2011). Questões conceituais, metodológicas e éticas na investigação com crianças em Portugal. In *Sociology of Children and Childhood*. 10 Th Conference of the European Sociological Association, 1-18.
- **Ferreira, M.** (2002). Crescer e aparecer ou ...para uma Sociologia da Infância. *Educação Sociedade & Culturas*, (17), 3-12.
- **Ferreira, M. & Sarmiento, M.** (2008). Subjectividade e bem-estar das crianças: (In)visibilidade e voz. In *Revista Eletrônica de Educação – Revista Bilingue do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de S. Carlos*, 28 (2).
- **Fortin, M.** (1996). *O processo de investigação*. 5ª edição. Loures: Lusociência.

G

- **Gameiro, J.** (1992). *Voando sobre a psiquiatria. Análise epistemológica da psiquiatria contemporânea*. Porto: Edições Afrontamento.
- **Gaspar, M. F. R. F.** (2010). Educação parental e prevenção do risco na infância: Resposta milagre ou desafio incitador? In Almeida, A. T. & Fernandes, N. (org.). *Intervenção com Crianças, Jovens e Famílias. Estudos e Práticas*. Coimbra: Almedina.
- **Gaspar, M. F. R. F.** (2005). Educação Familiar como Intervenção Sócio-Educativa: Porquê, para quem, como e por quem? In *Revista Portuguesa de Pedagogia, Ano 39, nº 3*, 61-98.
- **Glazier, J. D. & Powell, R. R.** (1992). *Qualitative research in information management*. Englewood, CO: Libraries Unlimited.
- **Godoy, A. S.** (1995). Pesquisa qualitativa – tipos fundamentais. In *Revista de Administração de Empresas*. Vol. 35, nº 3. Mai/Jun.
- **Gomes, I.** (2010). *Acreditar no Futuro*. Alfragide: Texto Editores Lda.
- **Gomez, G. R.; Flores, J. & Giménez, E.** (1996). *Metodologia de la investigación cualitativa*. Málaga: Ediciones Aljibe.
- **Gómez, E.; Muñoz, M. & Haz, A.** (2007). Famílias multiproblemáticas y enriesgo social: características y intervención. *Psykhe* 16 (2), 43-54.
- **Grosman, C. P. & Mesterman, S.** (1992). *Maltrato al menor: El dado oculto de la escena familiar*. Buenos Aires: Editorial Universidad.

H

- **Harter, S.** (2006). Self-processes in developmental psychopathology. In Cicchetti, D. & Cohen, D. J. (Eds.). *Developmental Psychopathology, Vol 1: Theory and method* (2nd ed.). Hoboken, NJ, US: John Wiley & Sons Inc., 370-418.
- **Hearn, B.** (1997). Putting child and family support and protection into practice. In Parton, N. (Ed.). *Child Protection and Family Support: Tensions, contradictions and possibilities*. London: Routledge.
- **Herzberger, S.; Potts, D., & Dillon, M.** (1981). Abusive and non abusive parental treatment from the child perspective. In *Journal of Counseling and Clinical Psychology*, 49, 81-90.
- **Hespanha, P.; Monteiro, A.; Ferreira, A. C.; Rodrigues, F.; Nunes, M. H.; Hespanha, M. J.; Madeira, R.; Hoven, R. & Portugal, S.** (2000). *Entre o Estado e o Mercado. As fragilidades das instituições de protecção social em Portugal*. Coimbra: Quarteto Editora.

K

- **Kobak, R.; Cassidy, J.; Lyons-Ruth, K. & Ziv, Y.** (2006). Attachment, Stress and Psychopathology: A Developmental Pathways Model. In Cicchetti, D. & Cohen, D. J. (Eds.). *Developmental Psychopathology. Vol.1: Theory and method* (2nd ed.). Hoboken, NJ, US: John Wiley & Sons Inc.

M

- **Maia, J.; Ferreira, B.; Veríssimo, M.; Santos, A. J. & Shin, N.** (2008). Auto-conceito e representações da vinculação no período pré-escolar. In *Análise Psicológica*, 3, (XXVI), 423-433.
- **Martins, P. C. M.** (2004). *Protecção de Crianças e Jovens em Itinerários de Risco: representações sociais, modos e espaços*. Braga: Universidade do Minho, Instituto de Estudos da Criança. [Tese de Doutoramento]
- **Ministério do Trabalho e da Solidariedade.** (2000). *Lares de Crianças e Jovens – Caracterização e dinâmicas de funcionamento*. Lisboa: Instituto para o Desenvolvimento Social.
- **Morais, N. A.** (2009). *Trajectórias de vida de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social: entre o risco e a protecção*. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul. [Tese de doutoramento não publicada].

- **Moreno, A.** (1996). *Psicología del Desarrollo, del Desamparo y de la Inadaptación*. In González, E. (coord.). *Menores en Desamparo y Conflicto Social*. Madrid: Editorial CCS.
- **Mota, C. P. & Matos, P. M.** (2010). Adolescentes institucionalizados: O papel das figuras significativas na predição da assertividade, empatia e autocontrolo. In *Análise Psicológica*, 2 (XXVIII), 245-254.

N

- **Neves, Z. S.** (2007). *A (nossa) Intervenção com Famílias Multiproblemáticas*. Lisboa: Sociedade Portuguesa de Terapia Familiar.

P

- **Palácios, J. & Rodrigo, J.** (1998). La família como contexto de desarrollo humano. In Rodrigo, J. & Palácios, J. (coord.). *Familia y Desarrollo Humano*. Madrid: Alianza Editorial.
- **Patton, M. Q.** (1990). *Qualitative evaluation methods*. Beverly Hills, CA: Sage.
- **Pinhel, J.; Torres, N. & Maia, J.** (2009). Crianças Institucionalizadas e crianças em meio familiar de vida: Representações de vinculação e problemas de comportamento associado. In *Análise Psicológica*. Nº4, Série XXVII, Outubro-Dezembro 2009. Instituto Superior de Psicologia Aplicada, 509-521.
- **Punch, K.** (1998). *Introduction to Social Research: quantitative & qualitative approaches*. London: Sage Publications.

Q

- **Quivy, R. & Champenhoudt, L.** (1998). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva.
- **Qvortrup, J.** (1991). *Childhood as a Social Phenomenon – An Introduction to a Series of National Reports*. Eurosocial Report. Viena: European Centre.

R

- **Ramirez, M. E. ; Penha, M. T. & Loff, P.** (n.d.). *Criança Portuguesa: Que Acolhimento? Relatório*. Instituto de Apoio à Criança: Rede Europeia de Acolhimento de Crianças. Comissão das Comunidades Europeias.
- **Rego, J. C. & Sani, A. I.** (2005). A agressividade em Crianças e Jovens vítimas de maus-tratos. In Silva, B. D. & Almeida, L. S. (coords.) *Actas do VIII Congresso Galaico-Português de Psicopedagogia*. Braga: Centro de Investigação em Educação.

- **Reis, V. J. O** (2009). *Crianças e Jovens em Risco. (Contributos para a organização de critérios de avaliação de factores de risco)*. Universidade de Coimbra: Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação. [Tese de Doutoramento]
- **Rodrigo, M.; Máiquez, M.; Correa, A.; Martín, J. & Rodríguez, G.** (2006). Outcome evaluation of a community center-based program for mothers at high psychosocial risk. *Child abuse & Neglect*, 30, 1049-1064.

S

- **Sampaio, D.** (1994). *Inventem-se novos pais. 11ª Edição*. Lisboa: Editorial Caminho, S.A.
- **Sampaio, D. & Gameiro, J.** (1998). *Terapia Familiar*. Porto: Edições Afrontamento.
- **Sandomingo, J. M. S.** (1998). *Centros de menores: de ontem a hoje*. Santiago de Compostela: Xunta de Galicia.
- **Saraceno, C. & Naldini, M.** (2003). *Sociologia da Família*. Lisboa: Editorial Estampa.
- **Sarmiento, M. J.** (1999). Introdução”. In Pinto, M. & Sarmiento, M. J. (coord.). *Saberes sobre as Crianças. Para uma bibliografia sobre a infância e as crianças em Portugal (1974-1998)*. Universidade do Minho: Centro de Estudos da Criança.
- **Sarmiento, M. J.** (2002). *As Culturas da Infância nas encruzilhadas da 2ª Modernidade*. Braga: Universidade do Minho, Instituto de Estudos da Criança.
- **Sarmiento, M.** (2008). “Estudos da Criança” como campo interdisciplinar de investigação e conhecimento. *Interações*, 10, 1-5.
- **Silva, M.** (2004). Crianças e jovens a cargo de instituições: Riscos reversíveis / irreversíveis. In Vieira, C.; Vilar, M.; Damião, M.; Fonseca, A. & Alcoforado, L.; (Eds.) *Crianças e Jovens em risco: Da investigação à intervenção*. Coimbra: Almedina.
- **Siqueira, A. C. & Dell’Aglío, D. D.** (2006). O Impacto da Institucionalização na Infância e na Adolescência: Uma revisão de Literatura. In *Psicologia & Sociedade*, 18 (1), 71-80.
- **Smyke, A.; Dumitresco, A. & Zeanah, C.** (2002). Attachment disturbances in young children. I: The continuum of caretaking casualty. In *Journal of American Academy of Child and Adolescent Psychiatry*, 41 (8), 972-989.

- **Soares, I.** (2002). Construção da vinculação: da relação ao *self* e do *self* às relações. In *Aquém e além do cérebro: Relações interpessoais excepcionais*. Actas do IV Simpósio da Fundação Bial. Porto: Fundação Bial, 181-204.
- **Soares, I.; Silva, J.; Marques, S.; Baptista, J. & Oliveira, A.** (2010). Uma perspectiva desenvolvimental sobre o impacto da institucionalização e da adopção em crianças. In Machado, C. (Coord.). *Vitimologia: Das novas abordagens teóricas às novas práticas de intervenção*. Braga: Psiquilíbrios Edições.
- **Soares, N. F.** (2001). *Outras Infâncias... A situação social das crianças atendidas numa Comissão de Protecção de Menores*. Braga: Universidade do Minho, Centro de Estudos da Criança.
- **Soares, N. F.** (2006). A investigação participativa no grupo social da infância. *Currículo Sem Fronteiras*, v.6, n.1, Jan/Jun, 25-40.
- **Soares, N. F.; Sarmiento, M. J. & Tomás, C.** (2005). Investigação da Infância e Crianças como Investigadoras: Metodologias Participativas dos Mundos Sociais das Crianças. In *Nuances: estudos sobre educação – ano XI*, v. 12, n.13, jan/dez, 50-64.
- **Sousa, L.** (2004). Diagnósticos e Problemas: uma perspectiva sistémica centrada nas famílias multiproblemáticas pobres. In *Psychologica*, 37, 147-167.
- **Sousa, L.** (2005). *Famílias Multiproblemáticas*. Coimbra: Quarteto.
- **Sousa, L.** (2007). Beliefs and values of family doctors and multi-problem poor clients. In *Quality in Primary Care*, 15, 277-283.
- **Sousa, L. & Eusébio, C.** (2005). When Multi-problem poor Individuals' Values Meet Practicioners Values. *Journal of Community & Applied Social Psychology*, 15, 353-367.
- **Sousa, L. & Ribeiro, C.** (2005). Percepção das famílias multiproblemáticas pobres sobre as suas competências. In *Psicologia*, 19 (1-2), 169-191.
- **Sousa, L.; Ribeiro, C. & Rodrigues, S.** (2006). Intervention with multi –problem poor clientes: Towards a strengths-focused perspective. *Journal of Social Work Practice*, 20 (2), 189-204.
- **Sousa, L.; Hespanha, P.; Rodrigues, S. & Grilo, P.** (2007). *Famílias Pobres: Desafios à Intervenção Social*. Lisboa: Climepsi Editores.

- **Sousa, L.; Ribeiro, C. & Rodrigues, S.** (2007). Are practitioners incorporating a strengths-focused approach when working with multi-problem poor families? *Journal of Community & Applied Social Psychology*, 17, 53-66.
- **Strecht, P.** (1999). *Preciso de ti*. Lisboa: Assírio & Alvin.
- **Stroufe, L. A.** (2005). Attachment and development: A prospective, longitudinal study from birth to adulthood. In *Attachment & Human Development*, 7 (4), 349-367.

T

- **Tomás, C.** (2007). *Há muitos mundos no mundo... Direitos das Crianças, Cosmopolitismo Infantil e Movimentos Sociais de Crianças. Diálogos entre crianças de Portugal e do Brasil*. Braga: Universidade do Minho. [Tese de Doutoramento]
- **Tomás, C.** (2008). A investigação sociológica com crianças: caminhos, fronteiras e travessias. In Rabello, L. C. & Besset, V. L. (orgs.). *Pesquisa-intervenção na Infância e Juventude*. Rio de Janeiro: Trarepa / FAPERJ, 387-408.
- **Toth, S.; Cicchetti, D.; Macfie, J., & Emde, R.** (1997). Representations of self and other in the narratives of neglected, physically abused, and sexually abused preschoolers. In *Developmental Psychopathology*, 9, 781-796.
- **Toth, S. L.; Cicchetti, D.; Macfie, J.; Maughan, A. & Vanmeenen, K.** (2000). Narrative representation of caregivers and self in maltreated pre-schoolers. In *Attachment & Human Development*, 2, 271-305.
- **Trigo, L. R. & Alberto, I.** (2010). As múltiplas faces da institucionalização de crianças e jovens: risco e/ou oportunidade? In Almeida, A. T. & Fernandes, N. (org.). *Intervenção com Crianças, Jovens e Famílias*. Coimbra: Almedina.

V

- **Veiga, S.** (2011). O Profissional de Educação Social num Lar de Infância e Juventude. In *Revista Galego-Portuguesa de Psicoloxía e Educación*. Vol. 19, (2), Ano 16º-2011, 21-34.

W

- **Wright, M. O.; Crawford, E. & Castillo, D.** (2008). Childhood emotional maltreatment and later psychological distress among college students: the mediating role of mal adaptative schemas. In *Child Abuse & Neglect*, 33, 1, 59-68.

Y

- **Yin, R. K.** (2001). *Estudo de caso – planejamento e métodos*. 2ª Edição. Porto Alegre: Bookman.
- **Yunes, M. A. M.; Miranda, A. T., & Cuello, S. E. S.** (2004). Um olhar ecológico para os riscos e as oportunidades de desenvolvimento de crianças e adolescentes institucionalizados. In Koller, S. H. (Ed.). *Abordagem ecológica do desenvolvimento humano: Experiência no Brasil*. Editora Casa do Psicólogo, 193-214.

ANEXOS

Anexo I - Protocolo de Colaboração

A aluna, Tânia Pires Ferreira, estudante do Mestrado em Estudos da Criança – Intervenção Psicossocial com Crianças, Jovens e Famílias, do Instituto de Educação, da Universidade do Minho, pretende desenvolver uma pesquisa cujo título é “Crianças e Jovens Institucionalizadas: representações e expectativas em relação à família biológica”.

A proposta de investigação tem por objetivo:

- Compreender as representações que as crianças e jovens têm acerca da família e da Instituição;
- Compreender que tipos de expectativas prevalecem em relação à família biológica;
- Compreender qual o significado das crianças e jovens institucionalizadas face à sua situação de acolhimento institucional;
- Analisar as relações das crianças e jovens institucionalizadas com a sua família de origem;
- Analisar as expectativas das crianças e jovens relativamente ao seu futuro / projeto de vida;
- Compreender as representações das famílias sobre o processo de institucionalização;
- Compreender que tipo de relação existe entre a Família e a Instituição;
- Compreender a visão dos Técnicos quanto ao processo de institucionalização e projetos de vida das crianças e jovens institucionalizados.

A investigação é de carácter qualitativo e recolherá informações através do estudo de caso, nomeadamente, recorrendo a descrições detalhadas dos fenómenos e comportamentos; relatos na primeira pessoa sobre experiências ou vivências; excertos de documentos ou registos; gravações e/ou transcrições de entrevistas e relatos/discursos.

Para viabilizar o levantamento de informações utilizaremos os seguintes instrumentos de pesquisa: entrevista e observação.

Tendo em conta estes pressupostos, torna-se necessário explicar os modos de colaboração da instituição:

1. Autorizar a participação, na presente pesquisa, de algumas crianças e/ou jovens, no grupo etário entre os 7 e 18 anos, sendo que a escolha destes atores sociais será acautelada por princípios éticos.
2. Autorizar a participação, na presente pesquisa, de famílias de algumas crianças e jovens institucionalizados.

3. Permitir que durante os meses de Janeiro e Fevereiro de 2013 a investigadora possa participar das atividades quotidianas das crianças.
4. Autorizar a realização e gravação de entrevistas com as crianças e jovens.
5. Autorizar a utilização dos desenhos das crianças envolvidas na pesquisa, enquanto fonte de informação.
6. Autorizar o registro fotográfico e vídeo das atividades desenvolvidas com as crianças envolvidas na pesquisa.

A investigadora, por sua vez, compromete-se:

1. Assegurar as necessárias autorizações legais para a realização da investigação.
2. A informar as crianças e jovens acerca da natureza da investigação e ainda tornar explícito que sua participação no estudo é voluntária e poderá ser interrompida em qualquer etapa, sem nenhum prejuízo para a criança e jovem.
3. A qualquer momento, tanto as crianças, como a instituição, poderão solicitar informações sobre os procedimentos ou outros assuntos relacionados com este estudo.
4. Salvar o anonimato das crianças e de todos os envolvidos, através de recurso a pseudónimos no relatório final.
5. Devolução dos resultados finais do estudo.

Braga, 14 de janeiro de 2013

Orientadora

(Professora Doutora Natália Fernandes)

Aluna

(Tânia Pires Ferreira)

Anexo II - Guião de Entrevista: Crianças e Jovens

1. Onde vivias antes de vir para a Instituição?
 2. Com quem vivias? (compreender quais os elementos do agregado familiar)
 3. Como era a tua família? Como é que se relacionavam uns com os outros? (compreender as dinâmicas familiares)
 4. Há quanto tempo estás na Instituição?
 5. Sabes porque vieste para a Instituição? (No caso da resposta ser positiva à questão anterior – quem te explicou?)
 6. Qual a tua opinião sobre a tua vinda para a Instituição?
 7. Costumas ver a tua família? Se sim, quando?
 8. Como consideras os momentos que passas com a tua família?
 9. A tua família costuma visitar-te na Instituição?
 10. O que é para ti a família?
 11. Os Técnicos costumam falar contigo sobre o facto de estares cá?
 12. Já alguma vez deste a tua opinião sobre a tua situação? Por exemplo, no Tribunal?
 13. Como achas que vai ser o teu futuro?
 14. Se tivesses que sair da Instituição para onde gostarias de ir?
- Em situações de crianças e jovens que não mantêm qualquer contacto ou pouco contacto com a sua família biológica:
- ❖ tentar compreender:
 - sentimentos em relação à sua situação atual;
 - sentimentos em relação à sua família biológica;
 - as expectativas em relação ao futuro.

Anexo III - Guião de Entrevista: Equipa Técnica

1. As crianças e jovens mantêm contactos com as famílias biológicas?
2. Como considera esses contactos?
3. Como é a relação Instituição – Família?
4. Como considera que as crianças e jovens vêem as suas famílias? Qual a representação que têm da família?
5. As crianças e jovens participam nas tomas decisões dos Técnicos? Isto é, partilham os seus interesses e anseios em relação ao seu futuro?
6. As crianças e jovens estão a par da sua situação na Instituição? (por exemplo duração da medida)
7. Qual considera ser o maior desejo destas crianças e jovens?
8. Em média, qual o projeto de vida predominante nestas crianças e jovens institucionalizadas?

Anexo IV - Guião de Entrevista: Famílias das Crianças e Jovens Institucionalizados

1. Que idade tem o seu filho?
2. Há quanto tempo está na Instituição?
3. Antes de estar aqui, já esteve noutra Instituição?
4. Tem mais algum filho em Instituição?
5. Como é a relação com o seu filho?
6. O que fez com que o seu filho viesse para a Instituição?
7. Concordou com essa decisão?
8. Alguém o informou atempadamente que o seu filho viria para a Instituição?
9. Acha que o seu filho deve estar na Instituição?
10. Como acha que o seu filho se sente na Instituição?
11. Como acha que ele vê a família?
12. Gostava que voltasse para casa?
13. Quanto tempo mais acha que vai estar na Instituição?
14. Como é a sua relação com a Instituição?
15. Costuma vir cá muitas vezes?
16. Como é a relação com os Técnicos da Instituição?
17. Costuma dar opiniões acerca da situação do seu filho?
18. Acha que a sua opinião é importante para decidirem em relação ao futuro do seu filho?
19. O que mais gostaria que acontecesse em relação ao seu filho?